

Documento de Área

Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo

Área 27

Coordenador da Área:

Márcio André Veras Machado

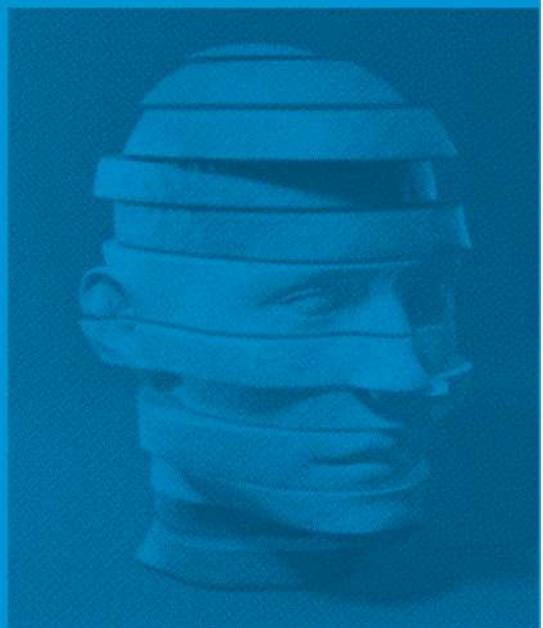
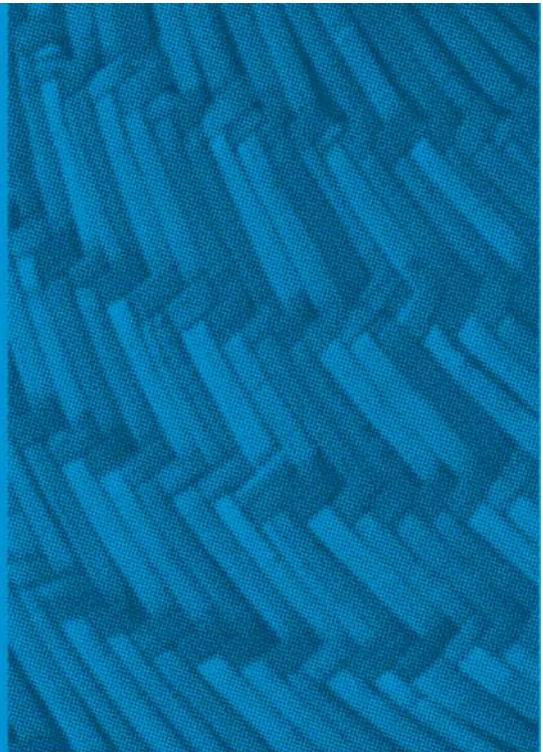
Coordenadora Adjunta de Programas Acadêmicos:

Claudia Cristina Bitencourt

Coordenador Adjunto de Programas Profissionais:

Márcio Lopes Pimenta

2025 - 2028



SUMÁRIO

PREÂMBULO	5
ESTADO DA ARTE	6
Diagnóstico da Área	7
Perspectivas do processo de internacionalização dos Programas.....	16
1 ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS PROGRAMAS	19
1.1 Inovações, transformações e propostas.....	19
1.2 Planejamento dos Programas da Área no contexto das Instituições de Ensino Superior.....	21
1.3 Autoavaliação como parte da avaliação dos Programas.....	22
1.4 Atuação e experiência do corpo docente permanente.....	22
1.5 Visão da Área sobre a modalidade de ensino à distância.....	24
1.6 Visão da Área sobre a modalidade profissional.....	24
1.7 Visão da Área sobre formas associativas.....	26
1.8 A interdisciplinaridade na Área	27
1.9 Visão da área processos híbridos de ensino e aprendizagem.....	28
2 FORMAÇÃO E PRODUÇÃO INTELLECTUAL	29
2.1 Perspectivas da Área sobre a formação e perfil de egressos.....	29
2.2 Perspectivas na avaliação da produção intelectual.....	30
2.3 Perspectivas da área quanto às mudanças impostas pelo movimento de Ciência aberta	36
3 IMPACTO	38
3.1 Perspectivas de impacto dos Programas da Área na sociedade.....	38
3.2 Perspectivas dos processos de inserção e ampliação da visibilidade dos programas (internacionalização incluída). Popularização da Ciência.....	38
3.3 Medidas de indução de interação com a educação básica ou outros setores da sociedade.....	40

4	CONSIDERAÇÕES SOBRE A EXCELÊNCIA NA ÁREA	42
5	EQUIDADE, REDUÇÃO DE ASSIMETRIAS E DIVERSIDADE.....	45
5.1	Perspectivas de redução de assimetrias regionais e intrarregionais.....	45
5.2	Visão da Área sobre mecanismos de solidariedade (incluindo PCI).....	47
5.3	Visão da Área quanto às políticas afirmativas de inclusão, permanência e acessibilidade.....	48
6	ALTERAÇÕES DOS PROGRAMAS	52
6.1	Visão da Área sobre fusão, desmembramento e migração	52
7	REFERÊNCIAS	53

Considerações da Diretoria de Avaliação

Neste documento a Área de Avaliação apresenta as diretrizes específicas que irão nortear as instituições de ensino superior sobre a avaliação e o acompanhamento dos programas de pós-graduação a ela vinculados. Essas diretrizes foram construídas de acordo com os critérios próprios da Área em constante diálogo com a sua comunidade. Para além disso, o Conselho Técnico Científico da Educação Superior (CTC-ES) definiu diretrizes e procedimentos comuns para a avaliação da pós-graduação *stricto sensu* e as áreas de avaliação e os programas devem observar as normas dispostas na legislação vigente e no documento referencial “Diretrizes comuns da avaliação de permanência dos programas de pós-graduação *stricto sensu*” disponível em <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/documentos-do-novo-ciclo-avaliativo-2025-2028>

PREÂMBULO

Este documento apresenta considerações sobre o futuro da Área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo (Área 27), e discorre conceitualmente sobre o caráter indutor do processo avaliativo da Pós-Graduação, que tem por meta ampliar as perspectivas de impacto dos Programas na sociedade, por meio da busca de uma maior qualidade na formação de Mestres e Doutores, bem como do aumento da produção intelectual qualificada.

A elaboração do documento esteve articulada às discussões para a formulação do novo Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG), bem como às recomendações do Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES), que é responsável por definir os parâmetros das avaliações de entrada e permanência dos programas no Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG).

As considerações introduzidas neste documento serão desdobradas nas seções subsequentes, com o propósito de fornecer uma perspectiva do futuro da Área no âmbito do planejamento, autoavaliação, impacto na sociedade, modalidade profissional, equidade e diversidade, ciência aberta, assimetrias regionais, mecanismos de solidariedade, educação à distância, formas associativas, interdisciplinaridade, formação e produção intelectual, excelência e internacionalização dos Programas de Pós-Graduação (PPGs). Antes, de forma sucinta, será apresentada uma visão geral da evolução dos Programas da Área, de forma a retratar a trajetória nos últimos anos e apresentar as tendências e os desafios a serem enfrentados nos próximos anos.

ESTADO DA ARTE

A Área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo (Área 27), no início de 2023, era composta por 187 programas de pós-graduação, sendo 111 acadêmicos e 76 na modalidade profissional. Dos programas acadêmicos, 43 possuem apenas o mestrado, enquanto 66 possuem cursos de mestrado e doutorado e dois apenas doutorado. No que diz respeito aos programas profissionais, 70 possuem apenas cursos de mestrado, enquanto 6 possuem mestrado e doutorado.

Ao longo das últimas trienais/quadrienais, a Área manteve crescimento consistente, passando de 58 programas, na trienal 2004-2006, para 187 na quadrienal 2017-2020 (Figura 1). Essa expansão ocorreu com destaque para o aumento da participação da modalidade profissional, a qual representa 40% da totalidade dos programas em funcionamento e concentra em torno de 48% dos discentes matriculados e dos titulados.

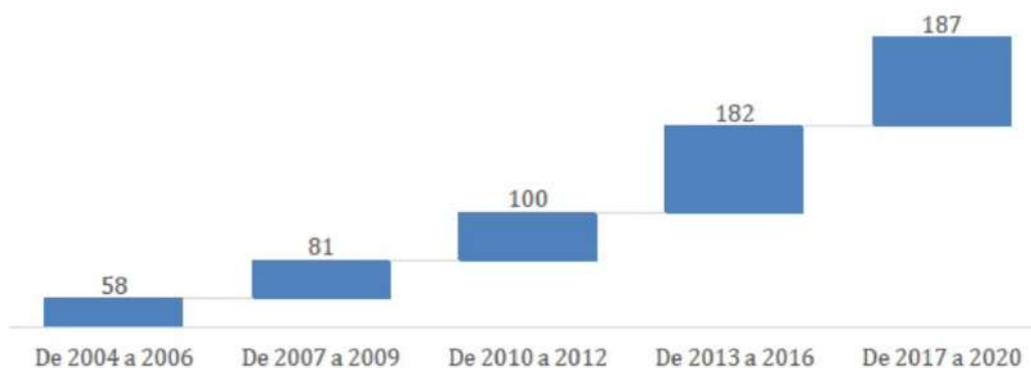


Figura 1 – Evolução do número de PPGs em funcionamento¹

Esse crescimento é acompanhado pela consolidação de programas da Área por meio da criação de cursos de doutorado acadêmico e, mais recentemente, de doutorado na modalidade profissional. São 68 cursos de doutorado acadêmico e 6 cursos de doutorado profissional em funcionamento (no APCN 2022, foram aprovados mais 6, totalizando 12). Observa-se que a expansão da Área se deu de forma a manter as características já existentes, como a concentração nas regiões Sul e Sudeste, nas capitais, bem como a predominância dos cursos de Administração de Empresas em relação às demais subáreas. Cabe registrar que a quantidade de programas nota 3 sinaliza para a necessidade de ponderar sobre o ritmo de crescimento e o investimento no acompanhamento e desenvolvimento desses programas, apesar da melhora na última quadrienal.

Além disso, a Área passou de uma média de 5.145 alunos matriculados, na trienal 2004-2006, para uma média de 12.006 na quadrienal 2017-2020 (Figura 2). Quanto à

¹ Fonte: Relatórios consolidados, Plataforma Sucupira, 2024.

quantidade de titulados, a Área passou de uma média de 4.969 alunos titulados, na trienal 2004-2006, para uma média de 17.497 na quadrienal 2017-2020 (Figura 2). Por fim, a Área saiu de uma base de 1.278 docentes, na trienal 2004-2006, para uma de 4.453 na quadrienal 2017-2020. Portanto, a Área mais do que duplicou o número de alunos matriculados e mais do que triplicou o número de titulados e de docentes.

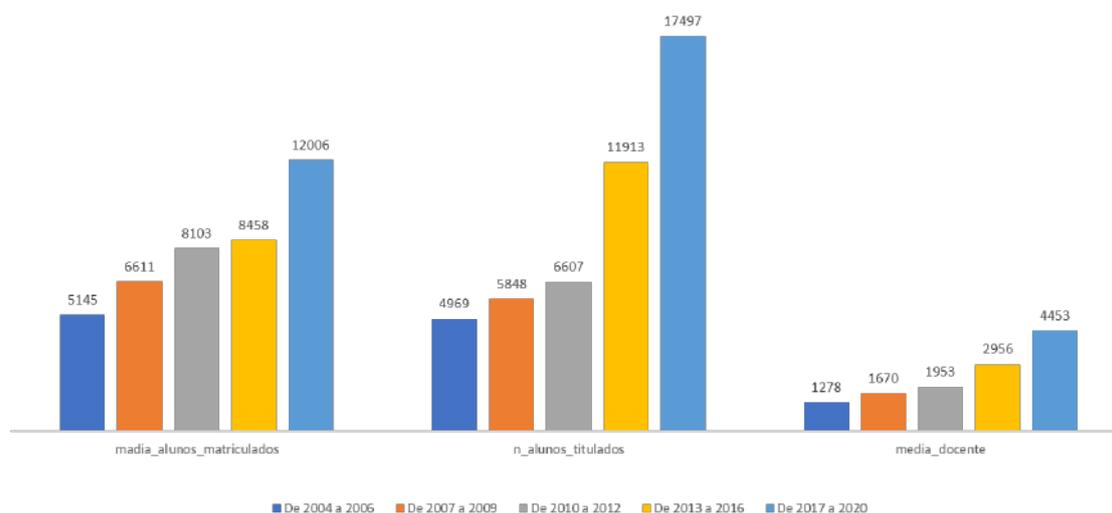


Figura 2 – Evolução do número de matriculados, titulados e docentes dos PPGs em funcionamento²

Do exposto, importante destacar que o crescimento quantitativo, bem como a consolidação dos programas existentes, ainda enseja desenvolvimento qualitativo da Área. Trata-se de estimular a clareza do propósito e dos compromissos do Programa vinculados à qualidade da formação, geração de conhecimento e de articulação com a sociedade, respeitando seu contexto de atuação e especificidades da modalidade acadêmico ou profissional. Tendo em vista que os programas são as unidades de avaliação, deve-se priorizar o esforço de construção substantiva da relevância de pós-graduação stricto sensu da Área perante as esferas acadêmicas e não acadêmicas da sociedade.

Diagnóstico da Área

A Área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo (Área 27), no início de 2023 (Não incluindo o APCN 2022), era composta por 187 programas de pós-graduação em funcionamento, sendo 111 acadêmicos e 76 na modalidade profissional (Quadro 1). Esses programas abrigam 109 cursos de mestrado acadêmico, 68 de doutorado acadêmico, 70 mestrados profissionais e 6 doutorados profissionais. Os cursos de doutorado estão dispersos em todas as subáreas, sendo 15 em Ciências Contábeis, 4 em Turismo, 4 em Administração Pública e 44 em Administração de Empresas. Programas com mestrado e doutorado representam pouco mais de um terço

² Fonte: Relatórios consolidados, Plataforma Sucupira, 2024.

No que diz respeito à oferta de programas, 45% são ofertados por instituições privadas, enquanto 55% deles por instituições públicas. Ademais, instituições privadas respondem por 45% dos egressos, enquanto instituições públicas por 55%. Quanto aos alunos matriculados, tem-se 44% e 56%, respectivamente. Por outro lado, quando se refere à modalidade profissional, a participação das instituições privadas em comparação com as públicas alcança 59% dos egressos contra 41%, e 57% dos alunos matriculados contra 43%, respectivamente.

Conforme Quadro 2, apresentado a seguir, há sinais de que a Área alcançou seu ponto de inflexão, na última quadrienal, com uma desaceleração do ritmo de crescimento no número de programas, número de alunos matriculados, número de titulados, bolsistas de produtividade e de desenvolvimento tecnológico, apesar do crescimento (ainda que marginal) do número de docentes permanentes (10%). Esse desaceleramento do ritmo de crescimento do número de programas e cursos fica ainda mais evidente nas Figuras 6 e 7, apresentadas na sequência, com dados de 2013 a 2022.

	2017	2020	Var. %
PPG	188	187	-0,5%
Cursos	250	249	-0,4%
DP	3105	3406	9,7%
DP Únicos	2585	2842	9,9%
Matriculados	10921	11080	1,5%
Titulados	3530	3411	-3,4%
Bolsistas PQ	286	306	7,0%
Bolsistas PQ/Dpu	11,1%	10,8%	-2,7%
Bolsistas PDTE	34	48	41,2%
Bolsistas PDTE/Dpu	1,3%	1,7%	28,4%

Quadro 2 – Retrato da Área⁷

⁷ Fonte: Relatório consolidados, Plataforma Sucupira, 2024.

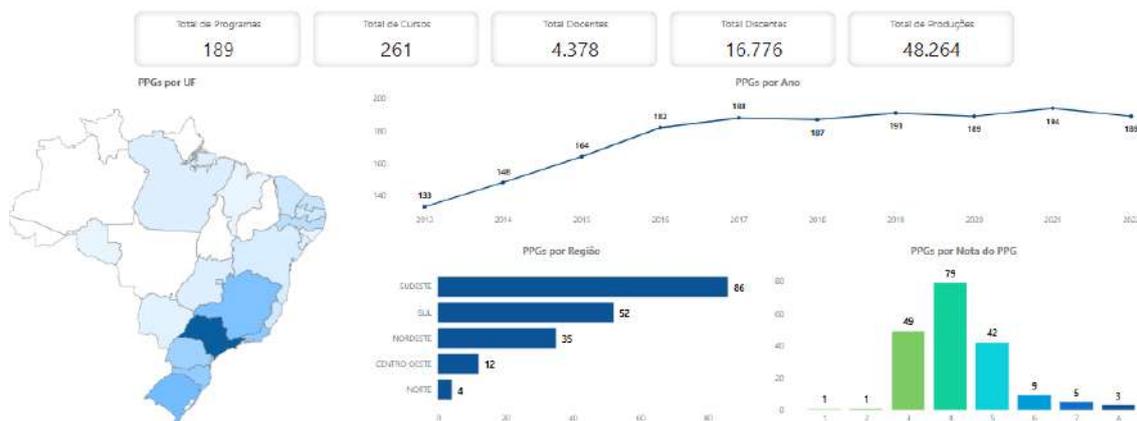


Figura 6 – Panorama da Área (Programas)⁸



Figura 7 – Panorama da Área (Cursos)⁹

Desconsiderando-se os novos PPGs, criados a partir do APCN 2022, pode-se constatar uma melhora da base de notas dos programas, comparativamente às quadriennais anteriores. Na quadrienal de 2013-2016, havia 32% dos programas com notas 3 e 39% com nota 4 entre os programas acadêmicos (60% dos programas da Área), proporção ligeiramente menor de notas 4 e ligeiramente maior de notas 3, quando comparado ao resultado da avaliação trienal de 2010-2012 (29% e 43%, respectivamente). Contudo, quando se analisa o resultado da quadrienal 2017-2020, observa-se uma proporção maior de programas nota 4 (Figura 8). Ainda com referência aos programas acadêmicos, na quadrienal 2013-2016, 7 programas receberam nota 6 ou 7 (6%), proporção inferior à média de 14% do conjunto das demais Áreas. Na quadrienal 2017-2020, 14 programas receberam nota 6 (9 PPGs) e 7 (5 PPGs), uma melhora significativa em relação à quadrienal anterior, refletindo o amadurecimento e a consolidação da Área.

⁸ Fonte: Relatórios consolidados, Plataforma Sucupira, 2024.

⁹ Fonte: Relatórios consolidados, Plataforma Sucupira, 2024.

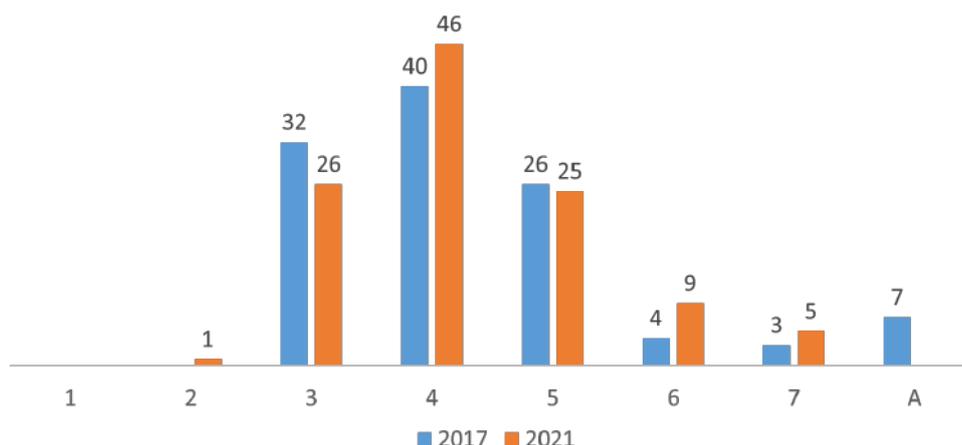


Figura 8 – Distribuição de Notas PPGs Acadêmicos¹⁰

Quanto aos mestrados profissionais, na quadrienal 2013-2016, 12% deles alcançaram a nota máxima de 5, proporção duas vezes maior do que a média das demais Áreas. Ademais, na quadrienal 2013-2016, predominou a nota 3 nessa modalidade. Na quadrienal 2017-2020, observa-se uma melhora significativa da modalidade (40% dos programas da Área), com predomínio de programas nota 4 e um aumento de programas nota 5 (Figura 9).

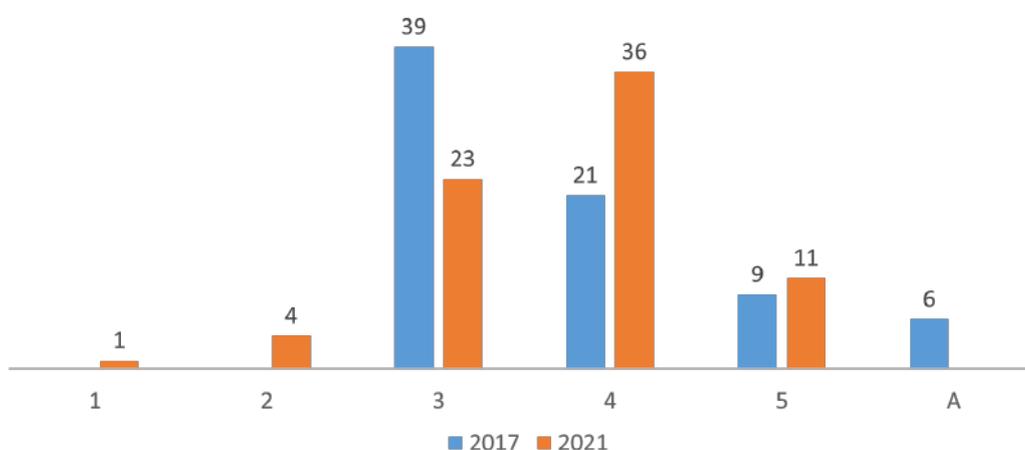


Figura 9 – Distribuição de Notas PPGs Profissionais¹¹

Entre as subáreas, conforme exposto no Quadro 3, os programas com conceitos mais altos estão distribuídos na Administração de Empresas, com seis PPGs nota 6 e cinco nota 7, Ciências Contábeis, com dois programas nota 6, e Administração Pública com 1 programa nota 6.

¹⁰ Fonte: Relatórios consolidados, Plataforma Sucupira, 2024.

¹¹ Fonte: Relatórios consolidados, Plataforma Sucupira, 2024.

	1	2	3	4	5	6	7	A	Total
Administração	1	3	25	52	23	6	5	2	117
ACADÊMICO		1	11	28	14	6	5	1	66
PROFISSIONAL	1	2	14	24	9			1	51
Contabilidade			10	14	10	2		1	37
ACADÊMICO			9	10	8	2			29
PROFISSIONAL			1	4	2			1	8
Publica		1	9	10	1	1			22
ACADÊMICO			3	3	1	1			8
PROFISSIONAL		1	6	7					14
Turismo		1	4	4	2				11
ACADÊMICO			2	4	2				8
PROFISSIONAL			1	2					3
Total Geral	1	5	48	80	36	9	5	3	187

Quadro 3 - Distribuição de Notas por PPG e modalidade¹²

Na Área 27, no início de 2023, havia 4.378 docentes (3.104 únicos), dos quais 83,5% eram docentes permanentes, 15,2% colaboradores 1,3% visitantes (Figura 10). O comportamento observado na Figura 10 parece ser uniforme nas subáreas (proporções de docentes permanentes, colaboradores e visitantes), conforme Figura 11.

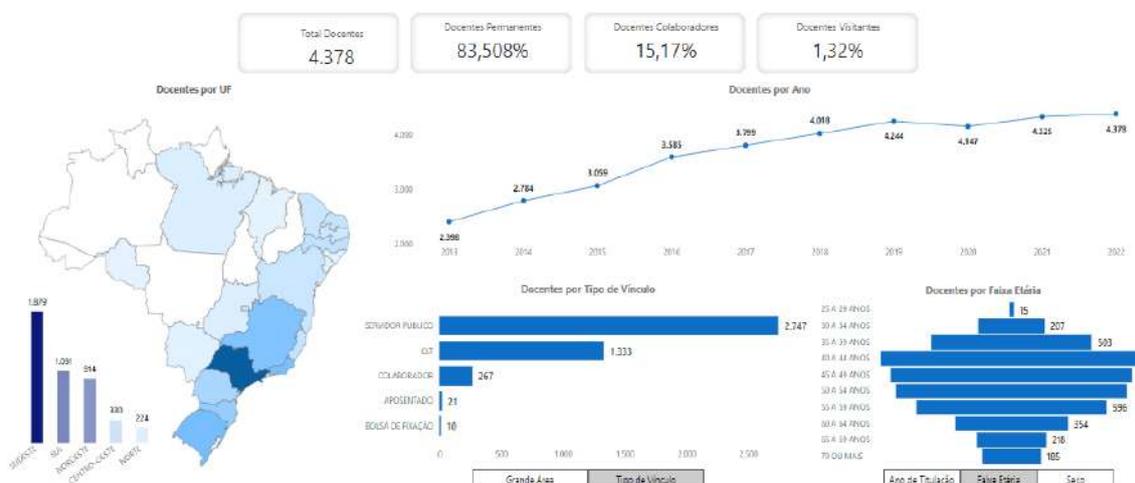


Figura 10 – Panorama dos docentes da Área¹³

¹² Fonte: Relatórios consolidados, Plataforma Sucupira, 2024.

¹³ Fonte: Relatórios consolidados, Plataforma Sucupira, 2024.

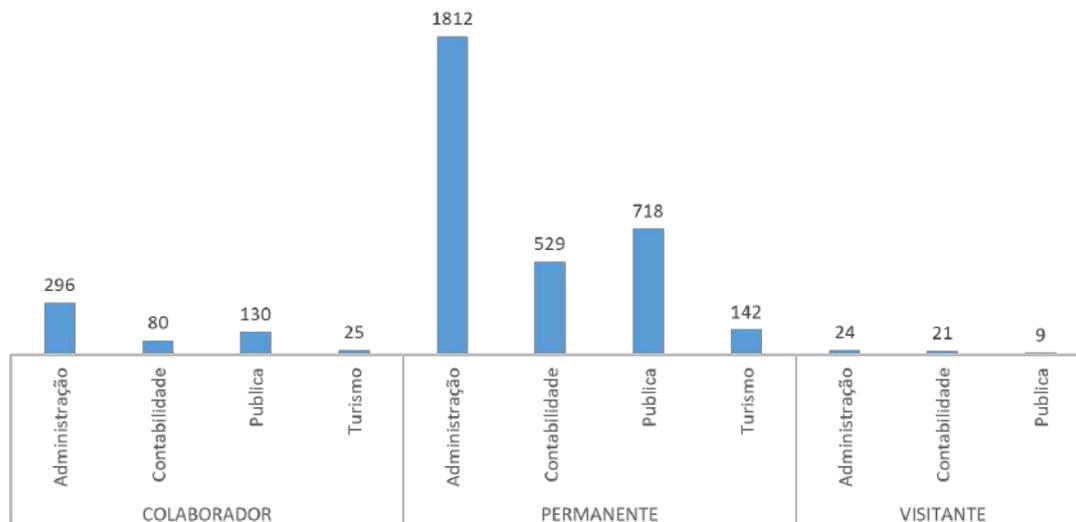


Figura 11 – Panorama dos docentes por subárea¹⁴

Ademais, a grande maioria dos docentes tem acima de 40 anos de idade, em média, 12 anos de titulado, 14% são bolsistas de produtividade e a maior parte servidor público (Figura 10). Por fim, 65% são do sexo masculino e 35% feminino. Observa-se que o desequilíbrio em gênero constatado na Área também existe nas subáreas, onde, em média, há duas vezes mais homens que mulheres, com exceção da subárea de Turismo (Figura 12).

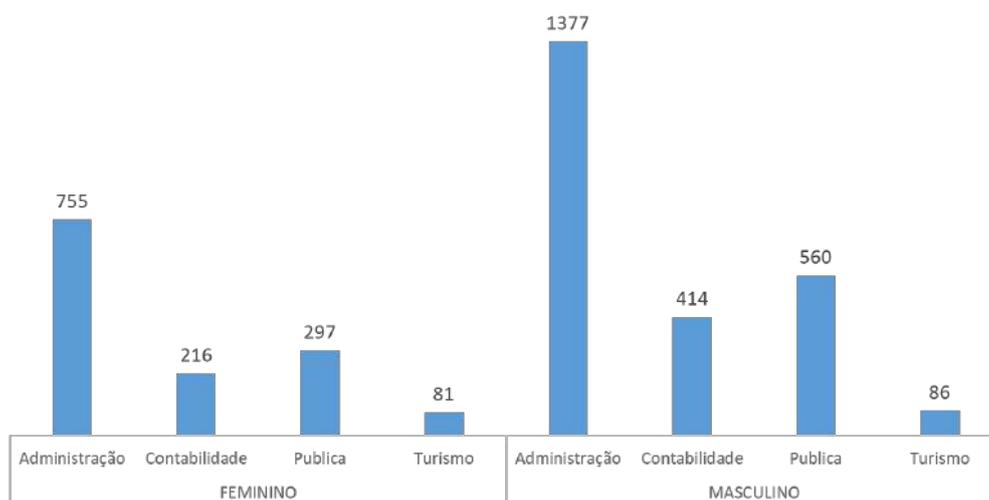


Figura 12 – Panorama dos docentes por gênero e subárea¹⁵

No que diz respeito aos discentes, a Área titula, em média, 3.500 alunos/ano e possui e torno de 12.000 alunos matriculados/ano. Ademais, observa-se que maior parte dos discentes é da modalidade acadêmica. Por fim, observa-se um melhor equilíbrio em

¹⁴ Fonte: Relatórios consolidados, Plataforma Sucupira, 2024.

¹⁵ Fonte: Relatórios consolidados, Plataforma Sucupira, 2024.

gênero, sinalizando que, no futuro, a Área pode ser mais equilibrada em gênero do que os dias atuais (Figura 13).

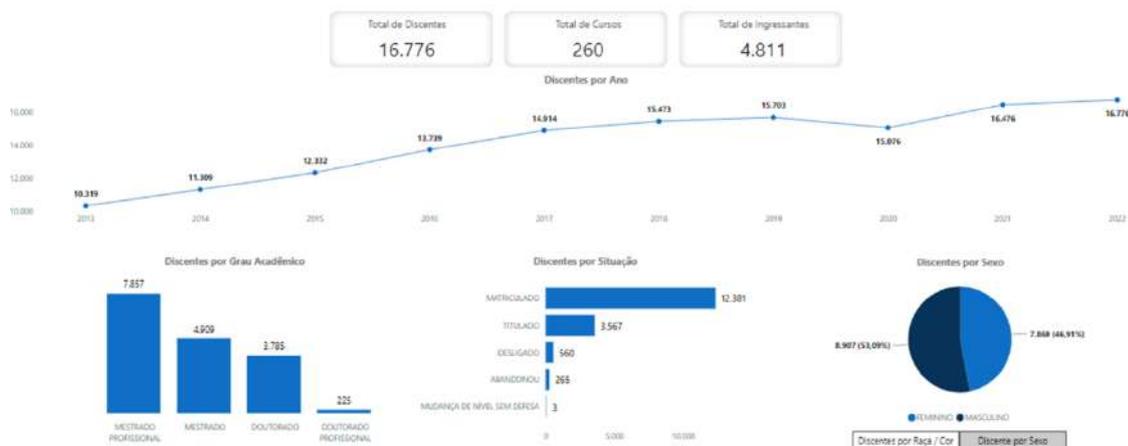


Figura 13 – Panorama dos discentes da Área¹⁶

No que diz respeito aos egressos, a maior parte possui vínculo empregatício com a Administração Pública (49%), com predominância do tipo de vínculo CLT (Figura 14).

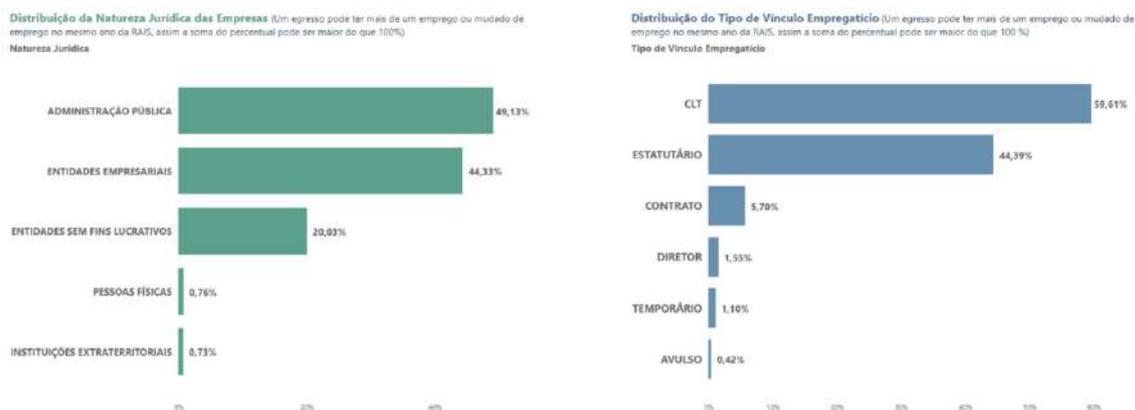


Figura 14 – Panorama dos Egressos da Área¹⁷

Quanto ao destino (atividade econômica) dos egressos da Área, observa-se (Figura 15) que a grande maioria se direciona para Educação ou Administração Pública (75%).

¹⁶ Fonte: Relatórios consolidados, Plataforma Sucupira, 2024.

¹⁷ Fonte: Relatórios consolidados, Plataforma Sucupira, 2024.

Distribuição das Empresas por Atividade Econômica (Um egresso pode ter mais de um emprego ou mudado de emprego no mesmo ano da RAIS, assim a soma do percentual pode ser maior do que 100%)



Figura 15 – Panorama dos Egressos da área¹⁸

Finalmente, é importante destacar a consolidação dos programas existentes ainda enseja desenvolvimento qualitativo da Área. Trata-se de estimular a clareza do propósito e dos compromissos do Programa vinculados à qualidade da formação, geração de conhecimento e de articulação com a sociedade, respeitando seu contexto de atuação e especificidades da modalidade acadêmico ou profissional. É preciso repensar o modelo formativo vigente, fomentando maior interação com o setor produtivo, maior participação nos processos de P&D das empresas, contribuindo, de forma efetiva, para o desenvolvimento econômico e social do país.

Perspectivas do processo de internacionalização dos Programas

A internacionalização de PPGs está relacionada ao conjunto de ações orientadas para o alargamento de fronteiras das pesquisas, expansão do conhecimento e experiência profissional de docentes e discentes, aumento da visibilidade da produção intelectual entre outras associadas ao estabelecimento de projetos e colaborações internacionais. Trata-se de um meio para o enriquecimento dos PPGs, não se constituindo como um fim em si mesmo e, portanto, sua efetividade depende de reflexão interna e planejamento.

A Área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo tem sido sensível à internacionalização, reconhecendo que se trata de um processo gradual de inserção do corpo docente e discente dos PPGs em redes acadêmicas no exterior.

¹⁸ Fonte: Relatórios consolidados, Plataforma Sucupira, 2024.

Apesar de se referir a diferentes iniciativas, a face mais evidente da inserção internacional tem se manifestado na produção científica.

Na Área, o número de artigos publicados em periódicos internacionais por autores brasileiros cresceu expressivamente nos últimos 10 anos, segundo dados da base Scopus. Na Área de Business, Management and Accounting, a Área publicou uma média de 2000 artigos, no período de 2013 a 2023, tendo alcançado o pico de 2497 artigos, em 2017 (Figura 16). Em 2013, a produção por autores brasileiros foi de 1.188 artigos, em 2018, foram 1.835, tendo alcançado, em 2017, o pico de 2.497 artigos.

O Quadro 4 mostra que o Brasil saiu da 13ª posição em 2013, para a 11ª, em 2017, mantendo-se ao redor da 15ª, no ranking de documentos publicados. Quando se considera o Índice H, em 2023, o Brasil ocupava a 30ª posição (mesma posição ocupada em 2013). Assim, por um lado, os resultados demonstram os esforços exitosos da Área para um crescimento na presença internacional. Por outro, chamam a atenção para um aprimoramento qualitativo em termos de impacto científico da produção.

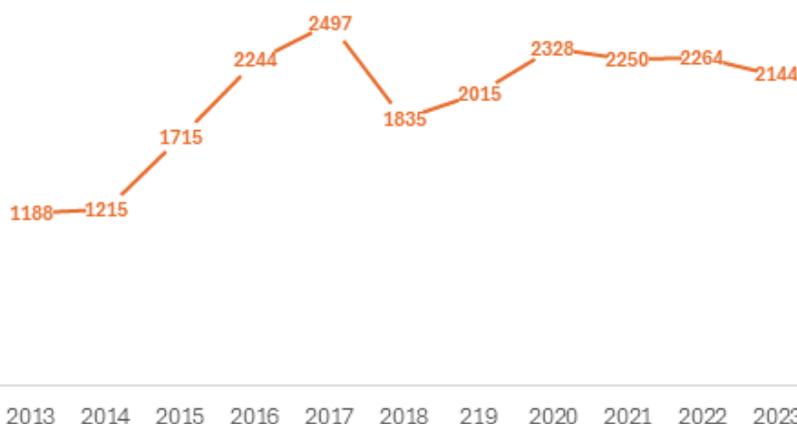


Figura 16 – Total de artigos publicados na Scopus (Subject area: Business, Management and Accounting)¹⁹

Ano / Posição	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Documentos Publicados	13	14	12	12	11	15	15	14	13	14	15
Citações Totais	25	27	25	23	19	17	16	19	23	20	33

Quadro 4 - Evolução da Participação Brasileira na Base Scopus (2013-2023)²⁰

A internacionalização vai além da publicação em veículos internacionais, devendo ser observada em outras dimensões relevantes, tais como participação de estrangeiros no

¹⁹ Fonte: Scopus

²⁰ Fonte: Scimago (Subject area: Business, Management and Accounting).

programa, mobilidade de pessoal (docentes, discentes e egressos), captação de recursos, cooperação em projetos e produção científica, acordos, iniciativas de formação e reconhecimento internacional. Nesse sentido, a Área valorizará os esforços e resultados evidenciados dos PPGs, no sentido de internacionalização. Contudo, os colocará em perspectiva, relativizando-os em relação à política de internacionalização, ao propósito, ao planejamento e ao contexto de atuação manifestados na proposta do Programa, entre outros aspectos pertinentes.

1 ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS PROGRAMAS

1.1 Inovações, transformações e propostas

A Área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo, ao refletir sobre as inovações, transformações e propostas da avaliação neste documento, parte de duas premissas fundamentais: estabilidade e simplificação. A estabilidade tem como fundamento o fato de a educação ser uma política de Estado e, como tal, requer estabilidade, uma vez que seus resultados tendem a ter efeitos no longo prazo. Ademais, entendemos que a avaliação da Pós-Graduação tem se tornado muito complexa e custosa, principalmente numa Área grande, como a 27. Dessa forma, nossa visão é a de que devemos dar estabilidade à ficha de avaliação, inserindo alterações mínimas e, principalmente, simplificando-a, reduzindo, sempre que possível, a quantidade de indicadores.

O foco da avaliação é a qualidade da formação de mestres e doutores, valorizando indicadores que verdadeiramente discriminem a qualidade dos programas quanto à formação discente, à produção de conhecimento e ao impacto gerado para a sociedade. Nesse sentido, a avaliação adota um modelo único com indicadores adaptáveis às especificidades de cada Área de conhecimento e às distintas modalidades de PPG (acadêmica e profissional).

Nos quesitos da Ficha – “Programa”, “Formação e Produção Intelectual” e “Impacto (local, regional, nacional, internacional)” – permanece a sinalização de mudança de perspectiva de uma avaliação focada em métricas e indicadores quantitativos para uma avaliação qualitativa. Essa perspectiva de avaliação permite uma reflexão sobre os perfis, missões, objetivos e metas dos programas. Destaca-se, ainda, a relevância da autoavaliação e do planejamento, itens do quesito “Programa” que têm, paulatinamente, obtido destaque nos processos de avaliação dos programas. Além disso, a avaliação deve promover e valorizar o impacto na suas dimensões cultural, prático, societal, educacional e de políticas públicas, focando em desafios estratégicos, regionais, nacionais e internacionais.

Portanto, a ficha de avaliação está sustentada em três pilares (Figura 17). No primeiro (Programa), os programas definem seus compromissos e vocações, estabelecem seu planejamento, visando cumprir os compromissos estabelecidos, definindo objetivos/metapas para cada um deles. Por fim, o programa fará uma autoavaliação de seu planejamento, no intuito de compreender os motivos/razões pelos quais os objetivos/metapas não foram cumpridos/alcançados.

O segundo pilar está calcado na formação e na geração de conhecimento. Refletem as atividades essenciais de um programa de Pós-Graduação. Por fim, tem-se o terceiro pilar:

impacto. É nele que o programa evidencia a transferência do conhecimento gerado por ele, destacando a missão 3 da universidade, materializando, assim, a essência de sua existência. Os produtos gerados por um programa e transferido para a sociedade somente geram impacto se houver valor percebido pela sociedade. Dessa forma, tudo aquilo que é gerado em um programa de Pós-Graduação somente tem relevância/utilidade se gerar impacto. Portanto, sendo a Área 27 uma Área de Ciências Sociais aplicadas, espera-se que o conhecimento gerado no âmbito do programa tenha utilidade para as organizações públicas e privadas, nacionais ou internacionais.



Figura 17 – Visão da Ficha de Avaliação²¹

Ressalta-se que, no processo de avaliação, a unidade de análise é o PPG e, portanto, a avaliação tem como foco sua qualidade, com atenção à modalidade, seu contexto de atuação e impacto na sociedade, entre outros aspectos. Dessa forma, a Área entende que mudanças na avaliação devem ser incrementais, a partir de um contínuo diálogo com a comunidade e pela socialização dos fundamentos que sustentam as mudanças no processo de avaliação dos PPGs *stricto sensu*.

O processo de avaliação representa a possibilidade para que os programas da Área demonstrem o atendimento às condições necessárias para sua manutenção. Elas são, principalmente, uma janela de oportunidade para que o programa reveja sua proposta formativa e invista no modo como pretende justificar sua inserção na sociedade. Nesse sentido, quatro dimensões inter-relacionadas são consideradas fundamentais na concepção e funcionamento de cursos ou programas da Área, conforme Figura 18. A primeira refere-se à clara exposição das características do curso ou programa no que tange ao (s) **objeto** (s) que define (m) o eixo central da proposta de formação, seus elementos distintivos que definem sua identidade e diferenciação em relação aos demais em funcionamento na Área, além das políticas de gestão, da organização do curso, da justificativa em relação ao contexto de atuação, entre outros aspectos que caracterizem a estrutura e os processos associados à formação.

²¹ Fonte: adaptado apresentação DAV/Capes – CTC-ES 224



Figura 18 – Dimensões inter-relacionadas consideradas fundamentais na concepção e funcionamento de cursos ou programas da Área²²

A segunda dimensão relevante é o **planejamento**, de tal modo que o programa expresse sua trajetória de concepção, propósito e compromissos de formação, de produção e de impacto, as ações intencionadas, as políticas e procedimentos de autoavaliação e a articulação com o planejamento da pós-graduação em nível institucional. A terceira dimensão está associada à **sustentabilidade** do curso ou programa, incluindo as condições de financiamento, os relacionamentos estabelecidos e pretendidos no âmbito da perspectiva de atuação do curso ou programa e demais elementos que indiquem caminhos que levem à sua consolidação. Por fim, a quarta dimensão diz respeito ao **impacto**, ou seja, o conjunto das consequências, repercussões ou resultados desejados ou acumulados para o curso ou programa no âmbito acadêmico ou de outras esferas da sociedade (p. ex. mercado, governo, sociedade civil), coerentes com sua proposta de formação.

1.2 Planejamento dos Programas da Área no contexto das Instituições de Ensino Superior

A Área entende que o planejamento estratégico é um instrumento relevante para a gestão de um programa. Por isso, cada vez mais será necessário que o planejamento demonstre a visão de longo prazo do Programa, apontando a relação entre os objetivos pretendidos e as atividades requeridas para alcançá-los. O planejamento do Programa deve ser informado por meio de documento que sintetize, de forma explícita, a trajetória de concepção, o propósito e os compromissos de formação, de produção e de impacto, as ações intencionadas, as políticas e procedimentos de autoavaliação e a articulação com o planejamento da pós-graduação em nível institucional. Tal documento deverá ser subsidiado pelos processos de discussão permanente que ocorrem nas reuniões de colegiado e demais corpos deliberativos de cada programa.

²² Fonte: Elaboração Própria

1.3 Autoavaliação como parte da avaliação dos Programas

A Área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo entende que a autoavaliação é um processo formativo, complementar à avaliação externa. Nesse sentido, a autoavaliação favorece a construção da identidade, a reflexividade e envolvimento dos programas, para além dos padrões mínimos garantidos pela avaliação externa.

No âmbito da autoavaliação, cada programa poderá propor um delineamento de autoavaliação apto a captar aspectos pertinentes a sua missão e seus objetivos, incluindo aqueles relativos à sua inserção no contexto social/internacional e a suas escolhas científicas específicas. Trata-se da prática articulada com o planejamento e acompanhamento regular da trajetória do Programa. O processo de autoavaliação não deve ser estabelecido apenas como um processo burocrático, mas de uma forma orgânica, como um instrumento de análise e aprimoramento de pontos fracos operacionais, bem como de sinalização do alcance de objetivos estratégicos. Além disso, essas comissões devem ser formadas por pessoas de diversas posições, na IES e na sociedade, de modo a permitir que toda a comunidade envolvida ou atingida pelo PPG se sinta representada.

Destaca-se que não se trata de uma análise dos resultados encontrados pelos PPGs por meio de sua sistemática de autoavaliação, mas sim de induzir e acompanhar a política, o processo, os instrumentos e os usos dos resultados da autoavaliação pelo programa.

1.4 Atuação e experiência do corpo docente permanente

Será considerado o atendimento à legislação vigente quanto ao enquadramento apropriado dos docentes como permanentes ou colaboradores, bem como quanto ao limite máximo de vínculos dos docentes permanentes (DP). Docentes não aderentes às condições legais são desconsiderados da composição do núcleo docente permanente (NDP), quando da avaliação. Ademais, não são admitidos programas com quadro de docentes permanentes inferior ao mínimo de 10 (dez) professores, para os cursos de mestrado, e de 12 (doze), para os cursos de doutorado, em qualquer ano do Quadriênio.

Quanto ao envolvimento do corpo docente nas atividades do programa, o PPG pode contar com a participação de docentes colaboradores, mas não pode caracterizar dependência do programa a essa categoria de professor para as atividades de docência e orientação, ou seja, o número de docentes colaboradores não deve ser superior a 30% do total de professores (permanentes + colaboradores) e eles podem ser responsáveis por, no máximo, 20% das atividades previstas de docência. Além disso, as linhas de pesquisa/atuação do Programa devem contar com a participação de, no mínimo, 04 (quatro) docentes permanentes. Os docentes permanentes podem ser compartilhados

entre as linhas de pesquisa/atuação, mas o número mínimo de docentes permanentes deve ser o número de linhas multiplicado por quatro.

Em caráter excepcional, desde que não caracterize dependência, consideradas as especificidades das instituições e das regiões, admite-se, na composição do NDP, casos de (i) professor com bolsa de fixação de pesquisador, concedida por agência federal ou estadual de fomento; (ii) professor ou pesquisador aposentado, tendo firmado com a Instituição termo de compromisso de participação como docente do curso; (iii) professor cedido, por convênio formal, para atuar como docente do curso. Para o caso de docentes permanentes cedidos/compartilhados por outras Instituições ou programas, devem ser apresentados os atos ou documentos oficiais de cessão ou compartilhamento, conforme legislação vigente.

No que diz respeito à atuação do NDP em atividades de ensino no programa, a Área estabelece que o docente permanente do programa ministre, no mínimo, 60 horas-aula no quadriênio no programa. O requisito de, no mínimo, 60 hora-aula no quadriênio será proporcional ao tempo, em anos, em que o docente integrar o NDP no quadriênio. Por outro lado, no tocante às atividades de ensino na graduação, espera-se que o docente permanente atue, no máximo, 300hr por ano, considerando aulas e demais atividades.

A Área analisa o equilíbrio na distribuição das orientações, bem como das atividades de formação, entre o NDP. Nesse sentido, a Área estabelece o limite de 8 (oito) orientações simultâneas, considerando-se todos os programas em que o docente atua no Sistema nacional de Pós-Graduação (SNPG). Exceção será feita para os casos em que houver Projetos de Cooperação entre Instituições (PCI) mantidas pelo PPG no período. Nesses casos, o máximo a ser considerado será de 9 (nove) orientações simultâneas, quando o programa for promotor de PCI-Minter ou PCI-Dinter, e 10 (Dez), quando o programa for promotor de uma turma de Minter e uma de Dinter simultaneamente.

No que diz respeito à dedicação do NDP, a Área demanda que os docentes permanentes tenham regime de dedicação majoritariamente integral à Instituição. Ademais, a maior parte do corpo docente (> 50%) deve ter dedicação prioritária ao programa, ou seja, aqueles em que a carga horária semanal dedicada ao programa é igual ou superior a 20 horas semanais. No entanto, são observadas situações associadas a afastamentos que justifiquem redução temporária na dedicação do docente ao programa, tais como o exercício de cargos de gestão, estágio pós-doutoral ou outros afastamentos acadêmicos e licença maternidade, desde que devidamente registrados. Por fim, a Área valoriza a estabilidade do NDP. Dessa forma, sempre que possível, o PPG deve esclarecer as razões não controláveis que provocaram oscilação da composição de seu NDP.

Essas características do NDP, aliada a exigência de que a estrutura curricular deve apresentar, no mínimo, 360 horas em disciplinas, para cursos de mestrado, e 540 horas em disciplinas, para cursos de doutorado, não devendo ser computadas como carga horária em disciplinas as horas destinadas a atividades, orientação, seminários,

elaboração de artigos, dissertação ou teses, representam as condições mínimas de funcionamento de um programa na Área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo.

1.5 Visão da Área sobre a modalidade de ensino à distância

Considerando a legislação e regulamentação vigentes sobre programas de pós-graduação *stricto sensu* na modalidade à distância, a Área da Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo esclarece que tais propostas não são consideradas prioritárias. Por ora, todos os requisitos gerais presentes na legislação vigente, além dos aspectos dispostos no presente documento, deverão ser rigorosamente seguidos, acrescidos, no que couber, de descrição detalhada acerca da organização do curso, incluindo discriminação de carga horária presencial e à distância, infraestrutura para oferta em EaD, modo de operação de tutores e polos, especificação detalhada da parte pedagógica, dos modelos de orientação e de avaliação, modalidade do trabalho de conclusão, descrição da experiência prévia do NDP em atividades em EaD, contexto de atuação e argumentos que justifiquem, de modo substanciado, a opção pela modalidade a distância em contraposição à modalidade presencial.

As propostas de curso em EaD devem demonstrar sua complementaridade a atual oferta de pós-graduação *stricto sensu* na Área. Nesse sentido, a orientação/finalidade das propostas deve (i) priorizar a redução de assimetrias regionais pela oferta de vagas em municípios e estados carentes de PPGs, ou (ii) contemplar conhecimentos ainda não atendidos pelos programas em funcionamento, seja por meio da inserção internacional, seja por meio da inserção profissional da proposta. Salienta-se que as propostas de novos cursos ou novos programas considerados similares a outros existentes na Área ou na IES não serão recomendadas.

1.6 Visão da Área sobre a modalidade profissional

A legislação vigente renova as disposições da CAPES para os mestrados e doutorados profissionais. Alinhada às disposições da CAPES, a Área entende que a modalidade profissional tem o propósito de 1) capacitar profissionais qualificados para práticas avançadas, inovadoras e transformadoras dos processos de trabalho; 2) transferir conhecimento para a sociedade de forma a atender às demandas sociais e econômicas; 3) contribuir para agregação de conhecimentos de forma a impulsionar o aumento da produtividade de organizações públicas e privadas; e 4) atentar aos processos e procedimentos de inovação. Em especial, o doutorado na modalidade profissional tem foco na formação de profissionais com perfil caracterizado pela autonomia, pela capacidade de geração e transferência de tecnologias, bem como pela criação de conhecimentos inovadores que subsidiem soluções de problemas de alta complexidade.

A Área tem tido um crescimento constante de cursos na modalidade profissional, nos últimos anos, e uma consolidação da modalidade (Figura 19). No início de 2023, estavam credenciados 76 programas, dos quais 51 na subárea da Administração de empresas, 14 na subárea da Administração Pública, 8 na subárea das Ciências Contábeis e 2 na subárea de Turismo. Juntos, equivalem a quase 40% do total de cursos da Área e 48% dos discentes matriculados e dos titulados. Os resultados dos últimos APCNs indicam a continuidade dessa tendência e a expansão da fatia da modalidade na participação do total de cursos e programas da Área.

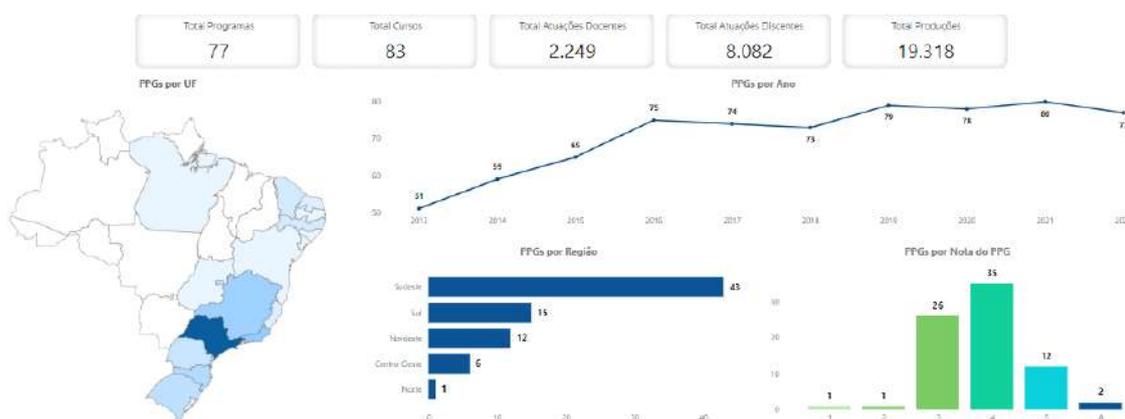


Figura 19 – Crescimento dos programas da modalidade profissional²³

Diante da trajetória de crescimento e consolidação da modalidade profissional, a Área dedica atenção às características que configuram esta oferta e as diferenciam da modalidade acadêmica. Em especial, a oferta de doutorados profissionais, habilitadas a partir dos APCNs de 2017/2018, corrobora a necessidade da diferenciação entre cursos. Um curso de doutorado profissional deve ser nitidamente distinto de doutorados acadêmicos existentes na Área, da mesma forma que deve ser distinto em relação aos mestrados profissionais. Tais distinções se manifestam na densidade do processo de formação, na profundidade de impacto pretendido pelo curso, na aplicabilidade e no nível de complexidade teórico-metodológica, na originalidade dos trabalhos de conclusão, na autonomia esperada do egresso e na sua inserção e desenvolvimento profissional. A Área também entende que os cursos de doutorado profissional deverão evidenciar o estreitamento das relações com as esferas acadêmicas e não acadêmicas da sociedade, bem como a densidade e a complexidade da formação de um profissional caracterizado pela autonomia científica e pela capacidade de geração e transferência de conhecimentos inovadores.

Atenção particular aos formatos dos trabalhos de conclusão, que, essencialmente, devem ser concebidos a partir do desenvolvimento de uma pesquisa de natureza científica, ainda que possam derivar desses trabalhos algum tipo de transferência de conhecimento em forma de PTT. Entende-se que o trabalho de conclusão do curso de

²³ Fonte: Relatórios consolidados, Plataforma Sucupira, 2024.

mestrado é caracterizado pela dissertação individual e que o trabalho de conclusão do curso de doutorado é caracterizado pela tese individual. Dessa forma, não se deve substituir a qualidade da produção de conhecimento por qualquer atividade de consultorias ou prestação de serviços ordinários ou apoio ao simples desenvolvimento de produtos com empresas. Desencoraja-se, assim, formas alternativas de trabalhos de conclusão, tais como artigos científicos, artigos tecnológicos ou PTTs, os quais se configuram e são avaliados como resultantes da qualidade das teses e dissertações defendidas. Da mesma forma, são desencorajados trabalhos de conclusão em duplas, trios, grupos ou em quaisquer outros formatos que descaracterizem a natureza individual da tese ou dissertação.

1.7 Visão da Área sobre formas associativas

Os programas em formas associativas (interinstitucional) ou multicampi (intrainstitucional) caracterizam-se pelo oferecimento conjunto de duas ou mais instituições, públicas ou privadas, ou campi de uma mesma instituição (no caso de atuação multicampi), que de modo articulado e oficializado criam e mantem um programa de Pós-Graduação com responsabilidade definida e compartilhada entre as associadas. A grande complexidade de gerência e manutenção de um programa em forma associativa exige que o seu regimento, a proposta do (s) curso (s) e os aspectos formais e operacionais do convênio firmado entre as IES ou campi da mesma IES explicitem claramente a forma e as condições de efetivação da associação, bem como estabeleçam prazos e condições para a sua dissolução ou para a entrada ou saída de uma ou mais instituições.

Além disso, o PPG necessita informar os nomes dos responsáveis em cada polo da rede, os quais devem, necessariamente, ser professores do programa, bem como evidenciar um claro detalhamento sobre a sistemática de funcionamento acadêmico do curso, incluindo a descrição do processo seletivo, da existência de mobilidade discente ou docente, do uso de tecnologias de informação e comunicação, do processamento de matrículas, oferta de disciplinas, certificação, etc.

No caso de atuação multicampi, a IES precisa evidenciar como se dará o deslocamento entre os campi, bem como a sustentabilidade, incluindo a financeira, do programa. Ademais, a Área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo exige que cada campus tenha, no mínimo, 4 (quatro) docentes permanentes.

A Área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo incentiva a criação de Programas de Pós-Graduação em associação, tanto na modalidade acadêmica quanto profissional, desde que representem projetos voltados para o fortalecimento do sistema de pós-graduação. Cabe registrar que formas associativas e atuação multicampi, em alguns casos, podem ser consideradas instrumentos para a redução de assimetrias regionais e para interiorização da Pós-Graduação, potencializando as condições para a apresentação de propostas ou manutenção de

cursos em funcionamento por meio da conjunção de recursos entre diferentes instituições (campi). No entanto, nesses casos, o uso dos processos híbridos de ensino e aprendizagem – PHEA (vide item 1.9) não deve visto como uma alternativa às aulas presenciais, mas sim como uma metodologia de ensino, inserido no seu planejamento estratégico, e importante para alcançar os objetivos traçados pelo programa, visando uma formação de qualidade e com capacidade de gerar impacto na sociedade.

A avaliação dos programas em associação e multicampi será feita, utilizando os mesmos critérios definidos para os institucionais da mesma modalidade. Além disso, serão avaliados os mecanismos gerenciais adotados para o seu funcionamento.

1.8 A interdisciplinaridade na Área

Não é possível afirmar que a Área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo é homogeneamente caracterizada como interdisciplinar ou disciplinar. Por reunir programas de quatro subáreas, ainda que seja notável o interesse por diferentes recortes disciplinares, a Área vem, gradualmente, demonstrando características multidisciplinares e interdisciplinares, diante dos fenômenos pesquisados. Por um lado, a fundamentação sustentada em diferentes ciências sociais tem se manifestado na composição do corpo docente, na estrutura curricular, nas áreas de concentração e linhas de pesquisa ou atuação, além da produção diversificada em veículos associados a diferentes áreas do conhecimento. Por outro, em linha com a orientação já manifestada no escopo da avaliação, a Área tem promovido o reconhecimento de sua interdisciplinaridade nos processos de avaliação, especialmente na composição de comissões ou na valorização da produção intelectual realizada em periódicos de Áreas (subject areas) variadas, desde que expressem aderência à área de concentração ou linhas de pesquisa/atuação do PPG.

Registra-se que o agrupamento multidisciplinar, entendido a partir da convergência ou complementariedade de diferentes campos do saber ou especialidades no estudo de um objeto, é bastante frequente na Área. A interdisciplinaridade, por sua vez, é menos frequente, por estar mais fortemente associada à complexidade dos fenômenos tomados como centrais na configuração de um Programa. Dessa forma, ainda são poucos os programas da Área que se estruturam a partir das fronteiras entre ciências e desenvolvidos a partir da integração de corpus de conhecimento e métodos de investigação de diferentes disciplinas, criando, com isso, nova perspectiva para analisar um fenômeno e expandir as fronteiras do conhecimento. Alguns PPGs da Área apresentam propostas dessa natureza, tanto quanto a maioria dos PPGs da subárea de Turismo. Outros PPGs da Área usam conhecimento e métodos de várias disciplinas sem integrá-los, caracterizando-se como cursos multidisciplinares, enquanto outros têm perfil disciplinar.

1.9 Visão da área processos híbridos de ensino e aprendizagem

A Área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo considera fundamental que os programas na Modalidade Presencial discutam a pertinência dos processos híbridos de ensino e aprendizagem (PHEA), levando em conta as disposições contidas na Instrução Normativa GAB nº 2, de 3 de dezembro de 2024. Os PHEA constituem-se de um conjunto integrado de atividades mediadas por metodologias participativas, inovadoras e tecnologias educacionais, proporcionando uma trajetória de formação diferenciada. Os PHEA não caracterizam, portanto, uma modalidade de ensino específica, mas uma metodologia pedagógica que engloba a interação entre ambientes físicos e digitais para aprimorar o aprendizado, e que deve estar prevista na proposta do programa.

Dessa forma, a Área demanda que, quando os programas pretenderem fazer uso desses processos, eles sejam previstos nos projetos pedagógicos do programa e incorporados nas normativas internas das instituições (Regimento Geral da Pós-Graduação da IES e Regimento do Programa). Além disso, os programas devem observar sua identidade, objetivos e perfil do corpo docente e discente, assim como focar no incremento da qualidade da formação ofertada. Os programas precisam, ainda, relatar tais práticas, as quais se associam às atividades que devem ser obrigatoriamente presenciais, conforme o projeto pedagógico do programa e seu planejamento, dentre estas, necessariamente as aulas, cuja presença em sala de aula deve ser majoritária em relação ao tempo que possa ser dedicado ao uso dos PHEA.

O uso de aulas gravadas ou a oferta de disciplinas remotas assíncronas não é permitida para cômputo de carga horária didática e a participação remota de docentes e discentes deve ser limitada a situações que justifiquem a excepcionalidade. A residência permanente do docente ou discente em localidade diferente da sede do programa, ou a concomitância da disciplina com outras atividades de natureza profissional, não são justificativas plausíveis para oferta ou acompanhamento remoto síncrono de uma disciplina em programas na Modalidade Presencial.

2 FORMAÇÃO E PRODUÇÃO INTELECTUAL

2.1 Perspectivas da Área sobre a formação e perfil de egressos.

O modelo de formação fulcrado na produção científica foi a preocupação dominante nas práticas formativas stricto sensu em Administração, Ciências Contábeis e Turismo no Brasil, nos últimos 20 anos. Ainda que continue sendo importante, esse modelo não será, para o futuro, o critério mais relevante de impacto nas nossas universidades e na sociedade (Aguinis, Shapiro, Antonacopoulou, & Cummings, 2014; George, 2016; Pettigrew, 2011). A consequência desse modelo foi o distanciamento de discentes e docentes do campo mais aplicado e da preocupação em alinhar rigor da pesquisa com relevância do conhecimento produzido para além da própria academia (Costa, Machado e Câmara, 2022).

Isso pode ter sido bom para os acadêmicos. Mas terá sido igualmente bom para a sociedade? Será que não estamos escrevendo demais? Será que colocar mais ênfase na educação e menos na produção de artigos não deveria beneficiar a sociedade como um todo? (Alvesson, 2012). Acreditamos que o modelo de formação vigente, em muitos PPGs da área 27, apenas sustentado na formação de pesquisadores e de docentes de nível superior, precisa ser repensado para um modelo de formação orientado ao impacto societal (Costa, Machado e Câmara, 2022). Na nossa visão, um PPG deveria formar egressos aptos para o mercado de trabalho e não única e exclusivamente para docência.

A nossa visão sobre a formação não consiste em refutar completamente o modelo orientado à pesquisa ou em nos afastar da lente científica, mas tão somente em complementar com alternativas que permitam a geração de impacto junto ao setor produtivo, o desenvolvimento de valor e competências que melhorem as chances de carreira dos egressos, além da articulação e da efetivação de novas e mais abundantes fontes de financiamento da formação e da pesquisa (Costa, Machado e Câmara, 2022). Dessa forma, acreditamos em um modelo que forneça alternativas de formação para os discentes e que eles tenham autonomia para escolher a trajetória de formação a seguir, ou seja, se mais voltada para uma formação prática, de solução de problemas e interlocução com o setor produtivo, ou mais voltada para o ensino e a pesquisa.

Portanto, acreditamos que a titulação obtida ao final de um curso de pós-graduação deveria ser a consequência de um rico processo formativo, e não o objetivo em si (Vieyra et. at., 2018). Nesse sentido, assim como Vieyra et. al (2018), acreditamos que zelar pela formação dos estudantes deveria ser o ponto central de todos os programas de pós-graduação. Quais disciplinas/conteúdos ofertar? Como tornar esses conteúdos mais relevantes e atraentes? Quais experiências em novos ambientes, além do acadêmico, podemos oferecer? Como proporcionar aos discentes a salutar vivência em outras instituições no exterior e o convívio com outras culturas? Como viabilizar a discussão

sobre questões cruciais, tais como ética e integridade em pesquisa e ciência aberta? Como formar mestres e doutores solidários e comprometidos com as questões ambientais, sociais e econômicas do país? Essas e outras questões apontadas por Vieyira et. al. (2018) deveriam pautar as preocupações dos programas da Área 27.

Temos observado uma demanda excessiva de produção dos discentes por parte dos programas de pós-graduação da Área 27, inclusive em disciplinas, muitas vezes como requisitos obrigatórios para a titulação. Entendemos a importância da produção científica para o discente, mas precisamos focar na produção de qualidade. Além disso, ela não pode ser um fim em si mesma. Precisamos sair do ‘publish or perish’ para o ‘publish for purpose’ (Elbanna & Child, 2023). Por fim, precisamos evitar o comportamento predatório na coautoria de artigos, onde se incha o número de coautores que, muitas vezes, têm participação superficial naquela produção, deturpando totalmente a ideia da colaboração. Essa prática leva a um comportamento oportunista e antiético, indo de encontro aos princípios da ciência responsável desejada pela Área.

2.2 Perspectivas na avaliação da produção intelectual

Para avaliação da produção intelectual, a Área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo (Área 27) considera a publicação sob a forma de artigos em periódicos e a produção técnica e tecnológica (PTT). Para isso, a área adota as seguintes premissas:

- 1) A produção deve estar alinhada à área de concentração e linha de pesquisa/atuação do programa. Produções não aderentes são desconsideradas no cálculo dos indicadores de produção.
- 2) A produção qualificada deve decorrer das atividades dos PPGs e estar equilibradamente distribuída entre o NDP, evitando a concentração em poucos docentes.

A Área não trabalha com a produção total dos docentes, mas apenas com a produção qualificada (de destaque). Nesse caso, a produção qualificada do NDP refere-se ao conjunto das n melhores produções bibliográficas de cada docente permanente do PPG no quadriênio, tal que n é o número de anos do docente como integrante do NDP no PPG no quadriênio. Dessa forma, a produção do docente permanente é analisada de modo proporcional ao seu período de vínculo com o PPG. Ou seja, no quadriênio, para docentes que estiveram no PPG por quatro anos, serão consideradas as quatro melhores produções; para docentes que estiveram por três anos no PPG, serão consideradas as três melhores, e assim sucessivamente. Além disso, cada publicação poderá ser considerada apenas duas vezes no cálculo, ou seja, será válida apenas para dois DP, ainda que mais de dois DP do PPG sejam coautores.

Os artigos serão avaliados seguindo o procedimento 3, com classificação feita conforme Quadro 5. A classificação será feita a partir da utilização das Listas da

Chartered Association of Business Schools (ABS) e da Australian Business Deans Council (ABDC), bem como das Bases indexadoras JCR da Clarivate, do SJR da Scopus, fator de impacto do SPELL e Scielo. Para isso, será considerada a melhor posição do periódico nas listas/bases. Por exemplo, um determinado artigo será MB, se estiver classificado como A ou A* na lista ABDC, ou tiver ABS de 2 para cima ou estiver no Q1 da Scopus ou da Web of Science. Será B, se estiver classificado como B na lista ABDC, ou tiver ABS 1, ou estiver no Q2 da Scopus ou da Web of Science ou estiver entre os 10% com maiores fatores de impacto de cinco ano sem autocitação no SPELL, e assim por diante.

Classificação	ABDC	ABS	JCR	SJR	SPELL
MB	A e A*	>= 2	Q1	Q1	
B	B	1	Q2	Q2	10% superiores
R	C		Q3	Q3	30% seguintes
F			Q4	Q4	30% seguintes

Quadro 5 – Avaliação dos artigos da Área 27²⁴

Em relação aos artigos classificados por meio do Spell, para que sejam classificados como B, os periódicos terão que, além de estar no décil superior do SPELL, estar no Scielo Brasil. Ademais, a presença do periódico no Scielo Brasil gera o ajuste de um nível para cima, limitado ao conceito B.

Para os programas da modalidade profissional, dos 4 (quatro) produtores destacados de cada docente permanente na produção qualificada, eles deverão indicar, no mínimo, uma produção técnica e tecnológica (PTT) e, no mínimo, duas bibliográficas.

Conforme o relatório do GT DAV/CAPES, “produto é o resultado palpável de uma atividade docente ou discente, podendo ser realizado de forma individual ou em grupo. O Produto é confeccionado previamente ao recebimento pelo cliente/receptor, que só terá acesso após a conclusão dos trabalhos” (p. 16). Já o produto técnico/tecnológico, é um “objeto tangível com elevado grau de novidade fruto da aplicação de novos conhecimentos científicos, técnicas e expertises desenvolvidas no âmbito da pesquisa na PG ...” (p. 22). Dessa forma, serão qualificados produtos criados com a participação de docentes permanentes de PPGs no quadriênio em análise que se caracterizem por essa tangibilidade, como os relatórios de consultoria e assessoria, software e aplicativos, tecnologias patenteáveis ou não, bem como bases de dados científicas, entre outros especificados a seguir.

²⁴ Nota: Q1 = 1º. Quartil; Q2 = 2º. Quartil; Q3 = 3º. Quartil; Q4 = 4º. Quartil
 Na lista ABS, a estratificação é a seguinte: ABS1, ABS2, ABS3, ABS4, ABS4*
 Na lista ABDC, a estratificação é a seguinte: C, B, A, A*

O relatório do GT DAV/CAPES definiu e detalhou um conjunto de 21 produtos técnicos/tecnológicos a serem qualificados pelas Áreas de avaliação. A Área 27 adota os seguintes produtos técnicos/tecnológicos:

1. **Empresa ou Organização social (inovadora).** Uma nova empresa ou organização social formada com base em produto, serviço ou processo tecnológico desenvolvido por docentes e/ou discentes no âmbito do programa de Pós-graduação. Ex. Startups, OSCIPS, associações sem fins lucrativos.
2. **Processo/Tecnologia e Produto/Material não patenteáveis.** Produtos e/ou processos tecnológicos que, por impedimentos legais, não apresentam um mecanismo formal de proteção em território brasileiro, incluindo quaisquer ativos de propriedade intelectual. Ex. Novos processos de gestão documentados, novas técnicas de desenvolvimento de lideranças sistematizadas.
3. **Relatório técnico conclusivo.** Texto elaborado de maneira concisa, contendo informações sobre o projeto/atividade realizado, desde seu planejamento até as conclusões. Indica em seu conteúdo a relevância dos resultados e conclusão em termos de impacto social ou econômico e a aplicação do conhecimento produzido. Ex. Relatórios de consultorias e assessorias técnicas.
4. **Tecnologia social.** Método, processo ou produto transformador, desenvolvido ou aplicado na interação com a população e apropriado por ela, que represente solução para inclusão social e melhoria das condições de vida e que atenda aos requisitos de simplicidade, baixo custo, fácil aplicabilidade e replicabilidade. Ex. Técnicas alternativas de produção, projetos de organizações comunitárias.
5. **Norma ou marco regulatório.** Diretrizes que regulam o funcionamento do setor público ou privado. Tem por finalidade estabelecer regras para sistemas, órgãos, serviços, instituições e empresas, com mecanismos de regulação, compensação e penalidade. Ex. Marco regulatório em educação, energia, saúde, telefonia, internet, transporte, petróleo e gás, organizações da sociedade civil, norma regulamentadora em segurança e saúde no trabalho ou de prevenção de riscos ambientais.
6. **Patente.** Título de propriedade temporária sobre uma invenção ou modelo de utilidade, outorgado pelo Estado aos inventores ou autores ou outras pessoas físicas ou jurídicas detentoras de direitos sobre a criação. Ex. Patentes de invenção, patentes de modelo de utilidade.
7. **Produtos/Processos em sigilo.** Bens físicos/tangíveis obtido por combinação de ideias, que possam ser materializados ou produzidos por um determinado processo de fabricação, destinados ao uso restrito e comprovado por meio de declaração de sigilo. Ex. Novos processos de fabricação documentados, novos processos de gestão empresarial sistematizados.
8. **Software/Aplicativo.** Conjunto de instruções ou declarações a serem usadas direta ou indiretamente por um computador, a fim de obter um determinado resultado. Ele é composto por um código-fonte, desenvolvido em alguma

- linguagem de programação. Ex. Programa de simulação, software de pesquisa operacional, softwares de gestão, aplicativos educacionais.
9. **Base de dados técnico-científica.** Conjunto de arquivos relacionados entre si com registros sobre pessoas, lugares ou objetos. São coleções organizadas de dados que se relacionam de forma a criar algum sentido (informação) e dar mais eficiência durante uma pesquisa ou estudo. Ex. Banco de dados de indicadores gerenciais, acervo de notificações.
 10. **Curso para formação profissional.** Conjunto de conteúdos estabelecidos de acordo com as competências requeridas pela formação profissional, em conformidade com os objetivos do programa de Pós-Graduação. Ex. Formação contínua de profissionais/gestores de organizações públicas e privadas, oferta especial para profissionais vinculados aos projetos de pesquisa.
 11. **Material didático.** Produto de apoio/suporte com fins didáticos na mediação de processos de ensino e aprendizagem em diferentes contextos educacionais. Ex. Material impresso como livros didáticos e paradidáticos, coleções e jogos educativos, material audiovisual como fotografias, programas de TV e Rádio, material em novas mídias como e-Book, plataformas e aplicativos de celular.
 12. **Produto bibliográfico na forma de artigo técnico/tecnológico.** Artigo publicado em revistas voltadas para campos específicos do conhecimento, geralmente relacionadas com o conhecimento tecnológico, mas que apresentam como foco o mercado, diferenciando assim das revistas científicas, as quais buscam divulgar o progresso científico. Ex. Publicação em periódicos e seções tecnológicas.

Os produtos técnicos/tecnológicos serão avaliados de maneira qualitativa por uma comissão mista de pesquisadores vinculados a programas acadêmicos e profissionais constituída especificamente para essa finalidade. A comissão de qualificação estratificará cada produto avaliado em quatro níveis TA1 – TA2 – TA3 – TA4, de forma análoga aos estratos de referência da avaliação dos artigos (Quadro 5). Para tanto, a qualificação dos produtos adotará 5 (cinco) critérios, a saber:

- 1) **Aderência:** relação/afinidade da produção com a área de concentração do programa, considerando-se, em especial, a aderência às linhas e aos projetos de pesquisa, inovação ou desenvolvimento tecnológico do programa:
 - a) Aderência do produto às linhas de pesquisa/atuação do programa.
 - b) Aderência do produto aos projetos de pesquisa, inovação ou desenvolvimento tecnológico do programa.
- 2) **Impacto:** transformação causada pelo produto técnico/tecnológico no ambiente (organização, comunidade, localidade, etc.) ao qual se destina. Necessário declarar o motivo da criação, a relevância da questão do demandante e o foco de aplicação do produto. Será avaliado o impacto realizado do produto, utilizando a seguinte escala: baixa, média ou alta transformação do ambiente ao qual se destina.

- 3) **Aplicabilidade:** facilidade com que se pode empregar o produto técnico/tecnológico para alcançar seus objetivos específicos e sua capacidade de ser replicável em outros contextos. Avalia-se a aplicabilidade realizada do produto a sua replicabilidade:
 - a) Aplicabilidade realizada: grau de facilidade (baixa, média ou alta) com que o produto foi empregado para atingir seus objetivos específicos.
 - b) Replicabilidade: restrita, irrestrita, escalável.

- 4) **Inovação:** intensidade do conhecimento inédito na criação e desenvolvimento do produto. Avalia-se o teor de inovação em:
 - a) Alto – inovação radical, mudança de paradigma;
 - b) Médio – inovação incremental, modificação de conhecimentos pré-estabelecidos;
 - c) Baixo – Inovação adaptativa, utilização de conhecimento pré-existente;

- 5) **Complexidade:** grau de interação dos atores, relações e conhecimentos necessários à elaboração e ao desenvolvimento de produtos técnico-tecnológicos. Avalia-se a complexidade do produto em:
 - a) Alta – associação de diferentes novos conhecimentos e atores (laboratórios, empresas etc.) para solução de problemas.
 - b) Média – alteração/adaptação de conhecimentos pré-estabelecidos por atores diferentes (laboratórios, empresas etc.).
 - c) Baixa – combinação de conhecimento pré-existente por atores diferentes ou não.

Os produtos técnicos/tecnológicos que não apresentarem aderência aos projetos dos docentes permanentes e às Linhas de Atuação/Pesquisa do programa não serão qualificáveis para a avaliação. Os produtos considerados aderentes serão avaliados nos demais critérios de acordo com a pontuação constante no Quadro 6.

IMPACTO (Peso: 25%)	
Impacto realizado	Pontos
Ausência de impacto	0
Baixo impacto	2
Médio impacto	4
Alto impacto	8

APLICABILIDADE (Peso: 25%)	
Aplicabilidade realizada (60%)	Pontos
Não aplicada	0
Baixa	2
Média	4
Alta	8

Replicabilidade (40%)	Pontos
Não Replicável	0
Restrita	2
Irrestrita	4
Escalável	8

INOVAÇÃO (Peso: 25%)	
Inovação	Pontos
Sem inovação	0
Baixo teor de inovação	2
Médio teor de inovação	4
Alto teor de inovação	8

COMPLEXIDADE (Peso: 25%)	
Complexidade	Pontos
Não complexo	0
Baixa complexidade	2
Média complexidade	4
Alta complexidade	8

Quadro 6 – Critérios para avaliação da Produção Técnica e Tecnológica (PTT)

Para estabelecer o estrato correspondente do produto técnico e tecnológico avaliado, serão somadas as pontuações de cada critério em um total de 8 pontos. No extremo superior, produtos com uma avaliação superior a 4 pontos serão classificados no estrato TA1. No extremo inferior, produtos com uma avaliação maior do que 0 ponto e menor do que 2 pontos serão classificados no estrato TA4 (Quadro 7).

Pontuação Mínima Alcançada	Estrato
8	TA1
4	TA2
2	TA3
> 0	TA4

Quadro 7 – Avaliação da Produção Técnica e Tecnológica (PTT)

2.3 Perspectivas da área quanto às mudanças impostas pelo movimento de Ciência aberta

Ciência aberta é um movimento da comunidade científica mundial para tornar a pesquisa científica mais acessível e menos custosa a toda a sociedade (Martins, 2020; Mendes-da-Silva, 2023, Cudischevitch & Neves, 2024). Na Área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo (Área 27), quatro características de ciência aberta têm sido destacadas: transparência, acessibilidade, compartilhamento e desenvolvimento com base em colaboração (Mendes-da-Silva, 2023).

De forma geral, existem várias modalidades de ciência aberta: Acesso Livre (Open Access), Dados e Materiais Abertos (Open Data and Open Materials), Código Aberto (Open Code), Avaliação por Pares Aberta (Open Peer Review), Pré-registro de Pesquisa (Pre-registration of Research) (Mendes-da-Silva, 2023), sendo o acesso livre, que consiste na prática de tornar os artigos publicados acessíveis sem restrições, o mais conhecido da comunidade científica, e a Avaliação por Pares Aberta, onde a identidade de todos os participantes envolvidos na avaliação fica disponível a todos, a mais controversa. Portanto, a ciência aberta significa um comprometimento dos pesquisadores para com a sociedade, visando disseminar livre e abertamente todos os inputs e outputs derivados das pesquisas científicas de uma forma compreensível, acessível, aproveitável e que permita sua reprodutibilidade (Martins, 2020).

A Área 27 entende que o movimento de ciência aberta beneficia toda comunidade científica. Dentre os seus benefícios, destacamos o aumento da visibilidade dos pesquisadores, a redução dos custos envolvidos na pesquisa e a melhora na eficiência da alocação de recursos públicos e privados (Martins, 2020). Assim, a Área tem se pautado pelas práticas de ciências aberta oriundas de instituições como ONU, DORA e Sistema S e, portanto, parte do princípio de que o conhecimento científico deve ser um ativo universal e que, para isso, ele precisa ser FAIR (Findable, Accessible, Interoperable e Reusable), tornando a ciência mais transparente e sustentável.

Paradoxalmente, o principal princípio da ciência aberta, a transparência, tem provocado um deslocamento do custo da leitura (os artigos são fechados e, para lê-los, temos que pagar) para a publicação (agora, para publicá-los, temos que pagar, e não é

nada simbólico), ou seja, do leitor para o autor, tornando o mercado editorial altamente lucrativo (Cudischevitch & Neves, 2024). Soma-se a isso o surgimento de vários periódicos, nacionais e internacionais, adotando práticas editoriais questionáveis, visando participar desse mercado altamente lucrativo, aproveitando-se, muitas vezes, dos mais vulneráveis: discentes e jovens pesquisadores.

Essas anomalias podem criar distorções no sistema nacional de Pós-Graduação, por se tratar, principalmente, de um sistema que vincula recurso à nota do PPG. Assim, pode passar a falsa impressão de quanto mais recurso dispõe um programa/IES, maior tende a ser seu desempenho/nota. Nesse sentido, Área tem, desde a última quadrienal (2017-2020), trabalhado com a produção qualificada (de destaque) e reduzido o peso da produção intelectual na avaliação, aumentando o do impacto na sociedade.

Portanto, estamos atentos aos desafios impostos pelo movimento de ciência aberta e comprometidos para, junto com a agência, adotar medidas que valorizem programas que incorporem em suas políticas os movimentos da ciência aberta, tornando a Área mais equitativa, inclusiva, transparente e voltada para as necessidades da população, como sinalizado pelo PNPG (2025-2028), com Programas de Pós-Graduação praticando uma ciência responsável.

3 IMPACTO

3.1 Perspectivas de impacto dos Programas da Área na sociedade

A Área entende que um programa de pós-graduação deve comprometer-se com a formação, geração de conhecimento e articulação com a sociedade. Tais aspectos são definidores do impacto gerado pelos programas. Nesse sentido, impacto pode ser compreendido como o conjunto das consequências, repercussões ou resultados desejados ou acumulados ao longo da existência do programa, seja no âmbito acadêmico, seja em outras esferas da sociedade (p. ex. mercado, governo, sociedade civil), coerentes com sua proposta de formação.

Importante registrar que o impacto dos programas da Área pode se manifestar de diferentes maneiras, por meio da ação de atividades de formação, produção, solidariedade, pesquisa, intervenção, extensão, projetos aplicados, entre outros, orientados para o meio acadêmico, para a prática ou praticantes, ou ainda, para o ensino ou pesquisa. Destaca-se que os impactos do programa não devem ser confundidos com coleção de atividades dispersas e individuais, mas, ao contrário, como efeito institucional do programa e, portanto, supõe-se ter forte relação com a identidade do programa, bem como estar inserido no seu planejamento estratégico e em seu processo de autoavaliação. É por essa razão que as implicações do impacto de um programa passam a estar vinculadas a sua justificativa de existência, sua legitimidade e importância para o contexto em que atua.

O impacto deve ser percebido pelo valor gerado à sociedade. Assim, espera-se que os programas de pós-graduação da Área 27 produzam conhecimentos que possam, cada vez mais, se relacionar com atividades de P&D das empresas, direcionando suas investigações para atender as demandas de inovação da sociedade, gerando valor e contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do país.

3.2 Perspectivas dos processos de inserção e ampliação da visibilidade dos programas (internacionalização incluída). Popularização da Ciência

A análise da inserção do PPG no contexto local, regional ou nacional, conferindo visibilidade ao Programa, será baseada nas evidências constantes no relatório e relativizada de acordo com a missão/propósito e o perfil dos programas. Nesse sentido, serão observadas evidências de liderança nacional do PPG, a exemplo de prêmios recebidos por docentes, discentes ou egressos em razão de trabalhos realizados no PPG; docentes participando de comitês de área no CNPq, FINEP, CAPES, Fundações de Amparo à Pesquisa do Estado e outras agências de fomento nacionais; posições de

gestão ocupadas por integrantes do NDP em entidades nacionais relacionadas à área do conhecimento; liderança de docentes em sociedades científicas; liderança de docentes em sociedades públicas e empresariais (profissionais); reconhecimento em veículos de mídia; atração de alunos de diferentes regiões do país para a formação acadêmica; alunos oriundos de outros PPG do país realizando disciplinas ou estágios de pós-doutoramento no PPG; liderança de projetos de pesquisa financiados por agências públicas ou privadas em parceria de docentes de outros PPG nacionais.

Programas que tenham a internacionalização como parte de seu propósito serão analisados quanto à existência de um plano de internacionalização dentro do planejamento estratégico do programa e quanto à complexidade e intensidade das práticas adotadas, incluindo iniciativas de internacionalização da estrutura curricular, ações de interação com o contexto internacional e as manifestações de reconhecimento internacional. Programas que não adotem a internacionalização como parte de seu propósito, em geral, não serão elegíveis ao conceito 7 (vide item 4 deste documento).

São exemplos de evidências de internacionalização os aspectos a seguir, apresentados de acordo com o nível de complexidade:

- **De ações básicas:** acordo de cooperação/convênio; participação de docentes ou discentes em eventos internacionais; docente estrangeiro como visitante no PPG; publicação em periódicos internacionais; estágio pós-doutoral de docentes do PPG; discentes do PPG com atividades internacionais; discentes internacionais com atividades no PPG; política institucional de fomento à internacionalização (ex.: CAPES Print);
- **De internacionalização da estrutura curricular:** curso ou disciplina em língua estrangeira; teses e dissertações em língua estrangeira; Cotutela ou Dupla-titulação;
- **De interação com o ambiente internacional:** orientação ou coorientação de aluno de curso do exterior por docente do PPG; orientação ou coorientação de aluno do PPG por professores estrangeiros; participação de estrangeiros em comissões examinadoras do PPG; participação de docentes do PPG em comissões examinadoras no exterior; coautoria de produção intelectual com pesquisador estrangeiro em revistas internacionais; corpo docente com experiência internacional; pesquisadores internacionais em projetos do PPG; docentes do PPG em projetos internacionais, inclusive com financiamento internacional; organização de eventos (workshops) internacionais; estágio pós-doutoral de pesquisadores internacionais no PPG; docente como palestrante em evento no exterior;
- **De reconhecimento internacional:** docentes com participação em comitê editorial de periódico editado no estrangeiro presente nas bases Scopus ou Web of Science; docentes com atuação em sociedades científicas internacionais; participação em redes (grupos de pesquisa) internacionais da área de conhecimento; docentes com atuação em disciplinas de cursos no exterior;

docentes com atuação na organização de eventos promovidos por associações internacionais da Área; prêmios e distinções internacionais; acreditação internacional; egressos do PPG com atuação no estrangeiro; coordenação de projeto de pesquisa com financiamento internacional.

A Área valoriza ações do programa visando à popularização da ciência. De modo não exaustivo ou restrito, serão observadas evidências de ações de divulgação científica para a sociedade, visando esclarecer e dar publicidade a suas linhas de pesquisa/atuação e sua relevância para a sociedade, utilizando linguagem acessível. Nesse sentido, a Área valoriza a criação de canais de comunicação para a sociedade em geral; a existência de grupos de pesquisa, incluindo cientistas e a sociedade em geral; a democratização do acesso à informação científica; a elaboração de vídeos e conteúdos informativos, abordando temas científicos pertinentes para o cotidiano da população; a produção e divulgação de matérias/artigos com foco na divulgação científica e tecnológica; a elaboração ou participação de políticas públicas para popularização da ciência; o incentivo à divulgação da ciência, premiando as melhores pesquisas e pesquisadores que atuam na Área de divulgação e popularização científica; a popularização do conhecimento por meio de ações financiadas por órgãos públicos ou privados; a realização de rodas de conversas, debates, oficinas, cursos e capacitações para diferentes públicos; a organização de seminários e palestras abertos à comunidade em geral, assim como podcasts, palestras, feiras e canais do youtube.

Evidências de que a inserção local, regional, nacional ou internacional expresse dependência de docentes isolados sinalizam fragilidade e serão avaliados de forma negativa. Além disso, será observada a coerência entre o escopo das evidências de inserção (local, regional, nacional ou internacional) e o propósito do PPG. Evidências de inconsistência também sinaliza fragilidade, com impacto na avaliação.

3.3 Medidas de indução de interação com a educação básica ou outros setores da sociedade

A Área reconhece a relevância de garantir a qualidade no Ensino Fundamental e Médio como elemento para o avanço do país, bem como o papel da pós-graduação na pesquisa pedagógica e aprendizagem nos diferentes níveis de formação. Apesar de, historicamente, não ter atuado de forma mais incisiva sobre a questão, entende-se que a Área pode contribuir para a melhoria da educação em todos os níveis por meio de ações promovidas no âmbito das atividades de docentes e de grupos de pesquisa, associadas ao propósito de formação e de impacto do programa.

A seguir, listamos algumas iniciativas que são valorizadas pela Área e que podem ser empreendidas pelos programas:

- Orientar projetos como PIBIC Junior, ou seja, projetos de iniciação científica integrando alunos do Ensino Fundamental e Médio;

- Criação de programas "Aprendendo com Ciência", nos quais alunos do Ensino Fundamental e Médio estariam envolvidos em atividades de pesquisa do PPG.
- Participação direta no Ensino Fundamental e Médio:
- Educação contábil e financeira para alunos do Ensino Fundamental e Médio;
- Participação de professores dos programas em projetos de extensão em escolas públicas;
- Motivar a participação de professores em projetos de democratização da ciência, com foco em alunos do Ensino Fundamental e Médio;
- Palestras de docentes e discentes em escolas do Ensino Fundamental e Médio;
- Desenvolver a ideia de empreendedorismo econômico e social no Ensino Fundamental e Médio;
- Curso de introdução profissional para alunos do Ensino Médio.
- Gestão escolar:
- Desenvolvimento de tecnologia/ferramentas/soluções de gestão escolar;
- Ações/programas de gestão acadêmica visando a melhoria do desempenho de gestão de escolas;
- Desenvolver programas e pesquisas sobre gestão educacional e convidar diretores de escolas para participarem;
- Treinamento/capacitação dos diretores gestores da escola;
- Estudos acadêmicos para a proposição de práticas que ajudem os gestores com o problema da evasão escolar;
- Atrair diretores de escolas públicas para Mestrado Profissional em Administração;
- Parceria com a Área de Educação para o desenvolvimento de ferramentas e soluções de gestão escolar.

4 CONSIDERAÇÕES SOBRE A EXCELÊNCIA NA ÁREA

A avaliação dos programas de excelência tomará como base o desempenho superior em todos os quesitos, itens e indicadores da ficha, quando comparado aos demais programas da Área, além das exigências estabelecidas pelo regulamento da quadrienal. Ademais, serão analisados os compromissos e realizações sustentados em dados que evidenciem a excelência de formação e produção intelectual, a liderança, a inserção e o reconhecimento do PPG no cenário nacional, o seu impacto na sociedade, a solidariedade e nucleação, bem como a atuação internacional nas seguintes dimensões:

- a) Pesquisa: atividades de pesquisa desenvolvidas por grupos ou indivíduos vinculados aos programas que tenham caráter de cooperação internacional, tais como financiamento internacional e equipe internacional;
- b) Produção intelectual: atividades de produção intelectual desenvolvidas por docentes, discentes ou egressos vinculados aos programas que revelem o estabelecimento de cooperação internacional, divulgadas em veículos de circulação internacional, em coautoria com pesquisadores sediados em instituição estrangeira ou resultante de projetos de pesquisa internacionais colaborativos;
- c) Mobilidade acadêmica: iniciativas de mobilidade de discentes, egressos e docentes dos programas, estabelecendo trocas com instituições estrangeiras, enviando e recebendo pessoas, fomentando o trabalho em parceria e as interações estabelecidas entre as instituições;
- d) Atuação institucional: inclusão das ações de internacionalização nos objetivos do programa, processo seletivo internacional, disciplinas em língua estrangeira, programas de cotutela, visibilidade internacional do programa.

Registra-se que, entre as condições mínimas estabelecidas pela Área, estão a estabilidade do NDP; produção intelectual de alto impacto (de docentes, discentes e egressos); histórico consolidado e fluxo regular na formação de mestres, doutores e lideranças acadêmicas; distribuição adequada entre os docentes nas atividades de cooperação com grupos atuando fora do Brasil, indicando que o PPG não depende da contribuição de um ou poucos docentes, assegurando, dessa forma, seu desempenho em alto nível ao longo do tempo.

Serão observados os seguintes pontos, os quais podem ser complementados por outros, a partir dos dados lançados pelos PPGs até o momento da avaliação:

- Sobre a produção intelectual: produção diferenciada em relação aos demais programas em funcionamento, evidenciada pela produção qualificada de docentes permanentes, discentes e egressos nos estratos superiores das listas de referência utilizadas pela Área;

- Sobre o impacto do PPG: analisado com base em métricas de citação dos pesquisadores do NDP do programa e na consistência das contribuições do PPGs para outras esferas da sociedade, como, por exemplo, o impacto do PPG na gestão de organizações públicas ou privadas. Será analisada, ainda, a contribuição do Programa para o desenvolvimento social e econômico, gerando impacto e transformação social;
- Sobre a solidariedade e nucleação: analisada por meio da liderança na promoção de ações voltadas para a consolidação de PPG em regiões pouco atendidas na formação de pessoal qualificado na Área e por meio do percentual de doutores egressos atuando no corpo docente de outras instituições de pós-graduação e Projetos de Cooperação entre Instituições (PCI);
- Sobre liderança nacional e inserção internacional: analisados com base na qualidade evidenciada nos aspectos mencionados em 3.2.

A diferenciação entre os programas 6 e 7 residirá no nível de maturidade em relação aos critérios voltados à internacionalização e ao impacto, descritos como “grau básico” (para programas 6) e “grau avançado” (para programa 7). Os programas 6 e 7 serão referências importantes na definição de parâmetros para o desenvolvimento de estratégias de internacionalização e de impacto. Os programas 7 serão considerados casos exemplares.

Em relação à internacionalização, um programa maduro evidencia uma estratégia diferenciada voltada à consolidação de parcerias internacionais e relacionamentos de longo prazo entre IES. Portanto, pensando em uma escala de maturidade, os acordos e convênios internacionais, mobilidades pontuais de docentes e discentes, pesquisas e projetos desenvolvidos entre pesquisadores da IES brasileira e da internacional, seriam indicativos para um programa 6.

Um programa 7, por sua vez, evidenciaria um relacionamento institucional, não concentrado na relação pessoal entre pesquisadores brasileiros e internacionais, mas nos movimentos e ações que sinalizam uma relação institucional de longo prazo. Como evidência, poderíamos exemplificar a dupla titulação, cotutela e coorientação, tanto envolvendo professores e discentes brasileiros quanto internacionais. Relações unilaterais indicariam uma situação de “dependência” e não de troca entre as instituições.

Por fim, a Área entende que os programas de excelência em funcionamento ainda possuem um grande desafio: atrair docentes e discentes estrangeiros para seus programas. Em linha com o PNPG (2025-2028), entendemos que esses docentes e discentes viriam não apenas para trazer algum nível de experiência, mas também para reverberar sua atuação em programas ainda em consolidação, bem como levar daqui conhecimentos que irão enriquecer suas trajetórias em seus países de origem. Portanto, entendemos que os programas de excelência da Área devem perseverar nessa atração,

pois essas ações geram externalidades positivas, sendo a principal delas a maior visibilidade e prestígio internacional para esses programas.

Em relação ao impacto, um programa maduro desenvolve estratégias e ações deliberadas que visam impactar positivamente o contexto local, nacional ou internacional, alinhando com a sua missão/vocação. Nesse sentido, a mobilização de diferentes stakeholders e o tempo de relacionamento entre eles pode ser um indicativo de maturidade no desenvolvimento de ações colaborativas que visam gerar impactos de natureza econômica, ambiental e social.

Para a avaliação do impacto dos programas, além dos casos de destaque relatados, será considerado o envolvimento de alunos e egressos, instituições públicas, privadas, com e sem fins lucrativos. Além disso, as estratégias e ações de impacto relacionadas aos ODS serão valorizadas na avaliação do impacto do programa.

A diferença entre um programa 6 e 7 residirá no estágio em que se encontram as estratégias (deliberadas) voltadas a promover o impacto econômico, ambiental e social e o nível de relacionamento entre os stakeholders. Portanto, um programa 6 poderia ser considerado como em uma fase inicial da implementação dessas ações e estratégias, contando com alguns discentes e egressos, além de poucos stakeholders externos. A relação com esses stakeholders é pontual e de curto prazo, para o desenvolvimento das ações e estratégias. Existe, ainda, um esforço em iniciar um movimento de priorizar algumas ODS vinculadas às estratégias e ações relatadas.

Um programa 7, por sua vez, caracteriza-se por uma relação consolidada tanto com os egressos quanto com os stakeholders externos, envolvidos nas estratégias e ações de impacto relatadas pelo programa. Essas estratégias e ações possuem uma relação clara com alguns ODS priorizados pelo Programa, em consonância com a sua natureza e vocação. Essas estratégias e ações podem ser observadas e acompanhadas ao longo das avaliações quadrienais, demonstrando claramente o seu desenvolvimento e amadurecimento em termos de resultados.

5 EQUIDADE, REDUÇÃO DE ASSIMETRIAS E DIVERSIDADE

5.1 Perspectivas de redução de assimetrias regionais e intrarregionais

A Área tem crescido nos últimos anos, contudo mantendo suas características, sendo a principal delas a concentração de programas na região Sul e Sudeste, onde predominam 74% dos programas do Brasil (Figura 20).

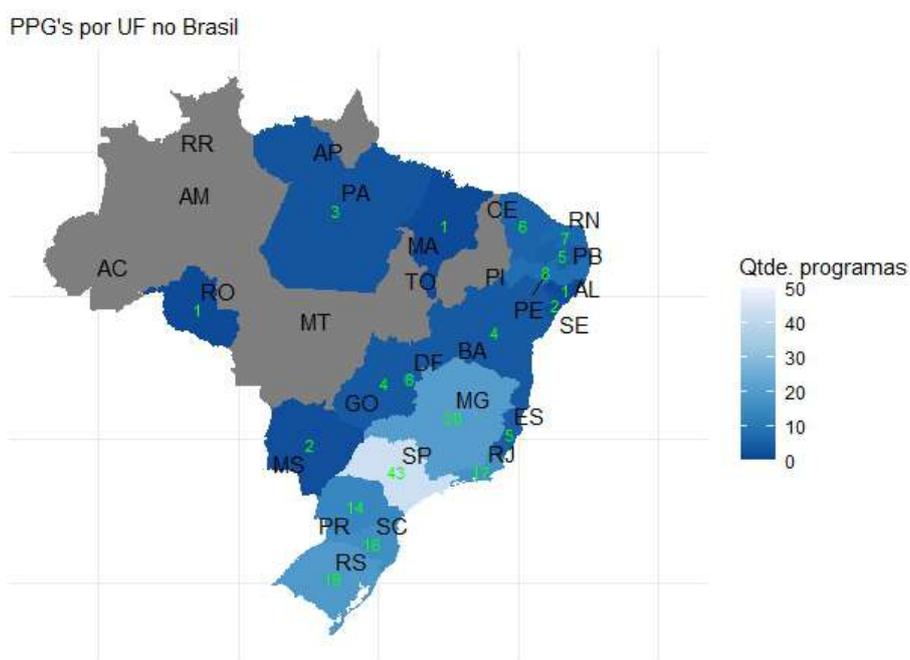


Figura 20 – Distribuição dos programas por UF²⁵

Ressalta-se que a concentração de programas nas Regiões Sul e Sudeste é sistêmica (Figura 21). Contudo, quando se compara a Área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo com as outras Áreas de avaliação, observa-se que a concentração de programas nas regiões Sul e Sudeste é maior, assim como o é, quando se comparada com as outras Áreas do colégio de Humanidades. Ademais, 65% dos PPGs da Área estão na capital. Quando se olha apenas os programas das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, esse percentual chega a 85%.

²⁵ Fonte: Relatórios consolidados, Plataforma Sucupira, 2024.

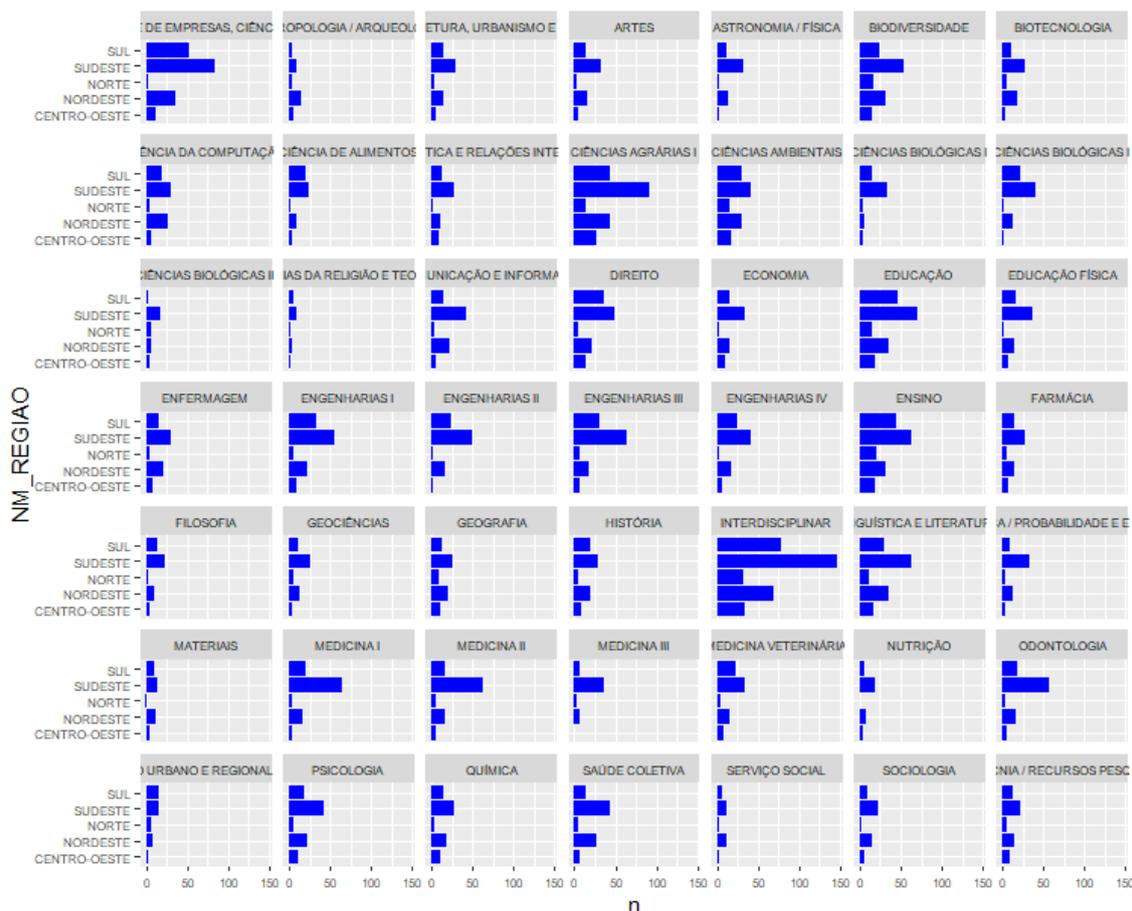


Figura 21 – Distribuição dos programas por região e área de avaliação²⁶

Apesar da concentração de programas nas regiões Sul e Sudeste, houve um notável esforço por partes das IES das regiões Nordeste e Centro-Oeste do país em aumentar a oferta de programas na Área, em atendimento à demanda reprimida de pesquisadores dessas regiões, historicamente obrigados a migrar para outras partes do país em busca de qualificação. Por outro lado, ainda há sete estados sem programas da Área (AC, AM, RR, AP, MT, PI e TO). A região Norte, apesar do crescimento recente (eram apenas 2 programas), ainda continua sendo um desafio para a Área, contendo apenas 4 PPGs e envolvendo apenas dois municípios.

Além das constatações de concentração de PPGs nas regiões Sul e Sudeste, observa-se que:

- Oito estados concentram 80% dos PPGs da Área;
- Sete estados não possuem nenhum PPG da Área;
- 12 estados possuem PPG em apenas um município;
- Quatro estados apresentam proporção de PPGs no interior maior do que nas capitais (RS, SC, PR, MG);

²⁶ Fonte: Relatórios consolidados, Plataforma Sucupira, 2024.

- Os PPGs da Área 27 estão distribuídos em 62 municípios, sendo 65% deles na capital, 47 no Sul e Sudeste e apenas nove municípios concentram 50% dos PPGs.

Diante desse diagnóstico, a situação de oferta equânime de oportunidades para pesquisadores em todo o território nacional continua sendo um desafio para a pós-graduação brasileira e para Área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo em especial. Assim, a Área entende que precisam ser empreendidos esforços para reduzir essas assimetrias regionais e aumentar a dispersão dos PPGs no Brasil, reduzindo a concentração de programas nas regiões Sul e Sudeste. Para isso, é fundamental a adesão de PPGs mais consolidados, apoiando a criação de programas nessas regiões.

Dessa forma, a Área valorizará a inclusão de iniciativas que expressem maior aproximação entre programas consolidados ou mais experientes e outros mais frágeis ou demandantes de apoio. Podem ser iniciativas expressas a partir da associação entre programas (item 1.7 deste documento), propostas de turmas de Minter e Dinter (item 5.2 deste documento), cessão de docentes, dentre outras, construídas com o propósito de melhorar a socialização de práticas, a nucleação e a solidariedade entre PPGs.

5.2 Visão da Área sobre mecanismos de solidariedade (incluindo PCI)

Os projetos de cooperação Interinstitucional (PCI) têm por objetivo formar mestres e doutores fora dos centros consolidados de ensino e pesquisa, com igual padrão de qualidade, com o fulcro de subsidiar a criação de novos programas de pós-graduação stricto sensu para reduzir assimetrias regionais. A instituição promotora deve possuir um programa consolidado (nota igual ou superior a 4) e atender, em caráter temporário, a um grupo de discentes advindos da instituição receptora, na qual devem ser realizadas as atividades de formação. O cadastramento de turmas pelo PPG promotor estará sujeito à legislação vigente.

Até o início de 2024, não havia a necessidade de aprovação prévia pela Capes para a abertura de turmas Minter e Dinter, embora o PPG promotor tivesse a obrigação de registrá-las e prestar contas dos respectivos projetos de turmas na Plataforma Sucupira. Em 2024, houve uma alteração no fluxo processual dos projetos de cooperação Interinstitucional, passando a ser regido por Edital e avaliado pelas Áreas de avaliação.

Nesse sentido, considerando que se trata de um projeto de cooperação interinstitucional, a Área 27 entende que o projeto deve, necessariamente, ter como público-alvo o quadro de pessoal da IES receptora. Ademais, o critério de seleção dos discentes deve guardar equivalência à seleção dos alunos regulares do programa promotor. Além disso, a Área 27 entende que o estágio discente no programa promotor não se restringe ao cumprimento de regras relacionadas ao regimento do programa sobre estágio de docência, mas sim ao planejamento do período em que o discente passa na

IES promotora, de modo a ter contato presencial com as estruturas administrativa e pedagógica, assim como com a dinâmica de funcionamento do programa, como parte fundamental de sua formação, em equivalência aos alunos regulares. Por fim, dado que se trata de uma turma vinculada a um programa em funcionamento, a oferta deve obedecer, necessariamente, a todas as condições das turmas regulares do programa existente, inclusive a modalidade de ensino.

Atualmente, são 40 turmas em atividade na Área, das quais 20 são de Dinter, sendo uma internacional (iniciada em 2015), e 20 de Minter. Existem 40 instituições promotoras, sendo 28 delas localizadas nas regiões Sul e Sudeste. As instituições receptoras, por sua vez, estão concentradas nas regiões Norte e Nordeste, sendo Manaus a cidade com o maior número de projetos recebidos (6). Contudo, a Área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo tem percebido que essas iniciativas têm gerado pouco impacto na criação de novos programas. Por exemplo, a criação (e submissão de APCN) de PPG na região Norte ainda é muito incipiente, mesmo tendo sido receptora da maior parte das turmas de Minter e de Dinter da Área. Espera-se, com os PCIs, a criação de novos PPGs e a cooperação entre instituições de ensino e pesquisa, assim como entre instituições acadêmicas e não acadêmicas.

Dessa forma, a Área entende que os mecanismos de solidariedade por meio dos PCIs são iniciativas que possuem potencial para gerar impactos positivos sobre os Programas em consolidação, bem como em regiões que não possuem PPGs, viabilizando formação de mestres e doutores fora dos centros consolidados de ensino e pesquisa para atuação na docência ou na pesquisa, bem como a qualificação de recursos humanos para atuação no mercado de trabalho, atendendo a demandas sociais, profissionais, técnicas e tecnológicas das organizações públicas ou privada. Nesse sentido, os 40 PCIs em funcionamento ofertam um total de 764 vagas, sendo 305 de Doutorado e 459 de mestrado, uma média de 19 alunos por turma. Portanto, a Área entende que as iniciativas como os PCIs podem ser usadas para reduzir as assimetrias regionais apontadas no item 5.1 deste documento, democratizando o acesso à Pós-Graduação, e, para isso, valorizará tais iniciativas.

5.3 Visão da Área quanto às políticas afirmativas de inclusão, permanência e acessibilidade

Discussões sobre o acesso à educação de pessoas com deficiência foram ampliadas com a Constituição Federal de 1988. Essas discussões ganharam repercussão maior no Brasil, com o estabelecimento da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB) em 1996.

Da mesma forma, ações afirmativas, no sentido de promover o acesso e a permanência de pessoas negras (pretas e pardas), indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência nos cursos de mestrado e doutorado têm sido adotadas de maneira mais

efetiva desde 2002. Em 2012, o Supremo Tribunal Federal confirmou a constitucionalidade das políticas de ação afirmativa, garantindo a ampliação das políticas de inclusão de pessoas pretas e pardas no Ensino Superior. Em 2015, foi promulgada a Lei Brasileira de Inclusão (LBI).

Alinhado com essas iniciativas, em 2016, por meio de portaria, o MEC estabeleceu que as instituições federais de ensino superior deveriam apresentar propostas para a inclusão de pessoas negras (pretas e pardas), indígenas e pessoas com deficiência em seus programas de pós-graduação como políticas de ações afirmativas.

O PNPG (2024-2028) tem como missão assegurar uma pós-graduação de qualidade, diversa, equitativa, inclusiva e conectada com as necessidades da sociedade e está amparada nos valores da diversidade, equidade, inclusividade, qualidade, colaboração e transparência. Diante dessa missão e valores, a inclusão e a diversidade são pilares fundamentais.

Logo, além das políticas de ações afirmativas, a discussão sobre inclusão e diversidade é tema do nosso conviver em sociedade contemporâneo, e o espaço de convivência da Pós-Graduação não pode se furtar a esse debate. A Área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo é uma Área predominantemente masculina, com uma proporção equivalente a, em média, 65% de pesquisadores homens e 35% de pesquisadoras mulheres. Muito além de pensar os porquês dessa disparidade, refletimos, neste documento, sobre o que poderia tornar nossa Área mais inclusiva e diversa²⁷.

Estudos recentes demonstram que o contexto de carreira profissional na ciência é bastante hostil para mulheres, principalmente porque o acolhimento relacionado às questões de maternidade-parentalidade não é pautado, discutido ou endereçado no campo científico, o que pode explicar, em grande parte, o desequilíbrio no volume de pesquisadores homens e mulheres também em nossa Área (Staniscuaski et al., 2023; Morgan et al., 2021; Zheng, Yuan e Ni, 2022; Nielsen, Pedersen & Larregue, 2024; Eren, 2024). É nesse sentido que lançamos reflexões, neste documento, ao contexto da inclusão e diversidade, no contexto da maternidade-parentalidade.

A partir da Covid-19, com o aumento de responsabilidades e prestação de cuidados com os filhos, os estudos sobre as disparidades de gênero na academia tomaram maior impulso, evidenciando fatores associados ao progresso das mulheres mães na carreira científica (Reese, 2022, apud Staniscuaski et al., 2023) durante ou após seus estudos de pós-graduação. Algumas pesquisas sobre a parentalidade nas disparidades de gênero revelaram diversos fatores relacionados às mulheres, tais como: a) redução da produtividade média das mães a curto prazo nas universidades de investigação intensiva

²⁷ Agradecemos o texto reflexivo sobre inclusão e diversidade realizado pelo Grupo de Trabalho de inclusão e diversidade criado pela Área, composto pelas Professoras Gléssia Lima (UFS), Márcia Espejo (UFMS), Mirian Rejowski (UAM) e Natália Rese (UFPR), e utilizado, com autorização, neste documento.

nos Estados Unidos e Canadá (Morgan et al., 2021); b) mães da América do Norte têm maior probabilidade do que os pais de experimentar níveis mais elevados de conflito entre trabalho e família e de receber níveis mais baixos de apoio do parceiro (Zheng, Yuan e Ni, 2022); c) desvantagem das mulheres em termos de probabilidades de avanço nos primeiros sete anos após o doutorado, em estudo feito com mulheres dinamarquesas (Nielsen, Pedersen & Larregue, 2024); d) mães atuantes em universidades e centros de pesquisa do Brasil estão sujeitas a maior prevalência de preconceito negativo em seu local de trabalho do que os pais (Staniscuaski et al., 2023); e) em investigação no contexto de Dublin (Irlanda), mulheres cientistas em início de carreira vivenciam desvantagem acadêmica, face “necessidade de publicar continuamente, ausência de licença parental remunerada, cargos de curta duração, falta de políticas institucionais claras sobre a maternidade, falta de planos de trabalho favoráveis à gravidez e maternidade, e a não extensão da contratos” (Eren, 2024, p. 2, tradução nossa).

Percebe-se que a temática encontra ressonância no contexto da academia no mundo todo, apresentando-se como um desafio urgente. Tais condições que restringem a carreira das mães na academia levou à manifestação dessas mulheres em redes sociais e o seu engajamento em organizações internacionais sem fins lucrativos como a *Mothers in Science* (<mothersinscience.com>).

A parentalidade é um dos principais fatores que comprometem o empenho e a dedicação de cientistas mulheres, cuja discriminação se fundamenta em preconceitos, baseados em estereótipos e conceitos deturpados de uma visão de maternidade (Staniscuaski et al., 2023). Assim, há necessidade tanto de aprofundar os estudos acerca dos fatores restritivos apontados e outros que sejam desvendados no futuro (Morgan, 2021), quanto estimular ações e políticas para um ambiente equitativo sem prejuízo das mulheres mães na ciência, sob a égide do governo, das agências de fomento, das universidades e, inclusive, dos Programas de Pós-Graduação (PPGs), que resultem em procedimentos sistemáticos e transparentes para uma mudança cultural na sociedade (Staniscuaski et al., 2023).

As consequências da parentalidade têm sido assumidas individualmente pelos cuidadores, particularmente pelas mulheres, que, para permanecerem em atividade no exercício de suas atividades científicas: a) conciliam suas atividades parentais e profissionais em um contexto, muitas vezes, propício ao adoecimento; b) quando possuem uma rede de apoio constituída, precisam afastar-se dos cuidados essenciais, o que pode gerar um sentimento de culpa; se não possuem essa rede constituída, a consequência é geralmente o afastamento da carreira; c) enfrentam o preconceito, a falta de oportunidades e o estigma da incompatibilidade entre parentalidade e carreira. Face a isso, entendemos que é preciso uma mobilização institucional no contexto da Pós-Graduação para endereçar o tema.

À luz desse contexto, este documento de Área traz a sinalização da relevância do tema e se apresenta como um primeiro passo para a institucionalização dessa discussão. Além

de sinalizar, a Área valorizará o endereçamento deste tema nas políticas, estratégias e formação dos PPGs, considerando a especificidade e a situacionalidade de suas conjunturas. Entende-se que cada PPG precisa considerar, em seu planejamento, sua autoavaliação e corpo de diretrizes de formação, elementos capazes de estabelecer práticas de respeito à inclusão e à diversidade, permitindo que essas discussões possam levar não só ao amadurecimento, mas também ao reconhecimento do papel situado que cada Programa tem na constituição do entender e do realizar as boas práticas, no sentido de incluir e tornar o ambiente acadêmico diverso. Dessa forma, a Área reconhece e valoriza políticas de boas práticas voltadas à inclusão, diversidade, permanência e acessibilidade que possam ser observadas nas políticas Institucionais, nas políticas do Programa e na descrição de boas práticas em acessibilidade.

6 ALTERAÇÕES DOS PROGRAMAS

6.1 Visão da Área sobre fusão, desmembramento e migração

A Área entende que o desmembramento de programas existentes é facultado às instituições, mas não incentiva esse tipo de prática sem a devida exposição das razões e argumentação sólida, amparada em documentos oficiais, acerca da manutenção das condições mínimas de funcionamento do programa de origem e das justificativas que posicionam a fragmentação como condição inequívoca para a consolidação dos programas envolvidos. Cabe ressaltar, ainda, que a Área não incentiva a fragmentação por meio da criação de novos cursos ou programas na mesma IES, especialmente quando puderem ser considerados parte de cursos ou programas já em funcionamento. Por outro lado, a Área incentiva a fusão entre programas, especialmente os da mesma IES.

Quanto ao desmembramento, a Área da Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo orienta que seja dada a devida atenção à legislação e regulamentação vigentes, em específico, aos seguintes pontos:

- A proposta de desmembramento deve ser realizada por meio de APCN, seguindo o calendário da DAV/CAPES;
- O desmembramento deve ser informado explicitamente na documentação do APCN;
- Pode-se propor, se for o caso, a mudança de modalidade do programa criado a partir da separação;
- Para a proposta de desmembramento ser recomendada, demanda-se o cumprimento de todos os requisitos indicados para uma proposta de curso novo de Mestrado ou Doutorado, Acadêmico ou Profissional, conforme o caso, de acordo com o que consta no documento da Área, acrescidos de documento que explicita detalhadamente sólida justificativa, o período e as formas de transição, fazendo-se referência específica aos ajustes decorrentes de alterações em Área de concentração, linhas de pesquisa, docentes e discentes do programa originário;
- O programa originário do desmembramento será analisado conjuntamente com a proposta de desmembramento e poderá ter sua nota alterada em decorrência das mudanças, logo deverá manter o atendimento a todas as condições e orientações gerais estabelecidas pela Capes e as orientações específicas da Área para abertura e funcionamento de Programas de Pós-graduação;

Os cursos resultantes devem prever, em documentos oficiais, as estratégias de garantia de conclusão dos alunos já matriculados no programa de origem, quer seja por meio de migração a um dos novos programas, quer seja pela permanência sob condições adequadas no programa alvo do desmembramento.

7 REFERÊNCIAS

Aguinis, H., Shapiro, D. L., Antonacopoulou, E. P., & Cummings, T. G. (2014). Scholarly impact: a pluralist conceptualization. *Academy of Management Learning & Education*, 13(4), 623-639.

Alvesson, M. (2012). Do we have something to say? From re-search to roi-search and back again. *Organization*, 20(1), 79-90.

Capex (2019). relatório do GT DAV/CAPES sobre produção técnica.

Costa, F.; Machado, M. A. V.; Câmara, S (2022). Por uma orientação ao impacto societal da pós-graduação em administração no Brasil. *Cadernos Ebape*, 20(6), 823-835. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395120210222>

Cudishevitch, C.; Neves, K (2024). A ciência recalcula sua rota. *Revista Piauí*.

Elbanna, S.; Child, J (2023). From ‘publish or perish’ to ‘publish for purpose’. *European Management Review*. 20, 614–618.

Eren E. (2022). Never the right time: maternity planning alongside a science career in academia. *Journal of Gender Studies*, 31(1), 136–147. <https://doi.org/10.1080/09589236.2020.1858765>

George, G. (2016). Management research in AMJ: celebrating impact while striving for more. *Academy of Management Journal*, 59(6), 1869-1877.

Martins, H. C. (2020). A importância da Ciência Aberta (Open Science) na pesquisa em Administração. *Revista de Administração Contemporânea*, 24(1), 1-8. <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2020190380>

Mendes-da-Silva, W (2023). O que docentes e pesquisadores na área de gestão de negócios precisam saber a respeito de ciência aberta. *Revista de Administração de Empresas*, 63(4), 1-17. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-759020230408>

Morgan, A. C., Way, S. F., Hofer, M. J., Larremore, D. B., Galesic, M., & Clauset, A. (2021). The unequal impact of parenthood in academia. *Science Advances*, 7(9), eabd1996. Zheng, X., Yuan, H. & Ni, C. How parenthood contributes to gender gaps in academia. *eLife* 11, e78909 (2022). Doi: <https://doi.org/10.7554/eLife.78909> .

Nielsen, M. W., Pedersen, J. V., & Larregue, J. (2024). Getting ahead in the social sciences: How parenthood and publishing contribute to gender gaps in academic career advancement. *The British Journal of Sociology*, 1–25. <https://doi.org/10.1111/1468-4446.13088>

Pettigrew, A. (2011). Scholarship with impact. *British Journal of Management*, 22(3), 347-354.

Staniscuaski F, Machado AV, Soletti RC, Reichert F, Zandonà E, Mello-Carpes PB (2023). Bias against parents in science hits women harder. *Humanit Soc Sci Commun*. 10:201. pmid:37192946. <https://doi.org/10.1080/09589236.2020.1858765>

Vieyra et. al. (2018). Considerações sobre o processo de avaliação da pós-graduação da CAPES. *Contribuição da Academia Brasileira de Ciências*.